

O ANARQUISMO E O SINDICALISMO DE INTENÇÃO REVOLUCIONÁRIA: DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES À EMERGÊNCIA NA AMÉRICA LATINA*

Felipe Corrêa

Este texto aborda, em quatro partes, o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária, tomando como ponto de partida uma reflexão teórico-conceitual e avançando para uma discussão acerca de seu processo de surgimento e difusão no mundo em geral e na América Latina em particular.

Em “Conceituando o Anarquismo”, o anarquismo é definido a partir de três grandes eixos – crítica da dominação, defesa da autogestão e estratégia fundamental – e de um conjunto de dez princípios político-ideológicos, os quais sintetizam sua ampla experiência histórica que vem sendo levada a cabo globalmente há praticamente 150 anos. O sindicalismo de intenção revolucionária – cujas mais relevantes modalidades na história foram o sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo – é considerado uma estratégia desenvolvida e promovida pelos anarquistas, um meio de luta por meio do qual eles construíram seus principais vetores sociais, especialmente durante o século XX.

Em “Surgimento e Difusão do anarquismo”, a emergência do anarquismo no mundo é apontada como um processo que se evidenciou no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), a qual teve existência entre 1864 e 1877, e que envolveu diretamente a Aliança da Democracia Socialista (ADS), fundada em 1868. Consolidando-se plenamente em menos de 20 anos, o anarquismo, ao final dos anos 1880, já contava com presença não somente na Europa ocidental, mas também na América no Norte, no norte da África e na América Latina.

Em “Estabelecendo Raízes na América Latina”, a emergência do anarquismo neste subcontinente é discutida, dentre outros fatores, como resultado de uma radicalização do socialismo da primeira geração, para a qual a práxis da AIT foi determinante, sobretudo ao contribuir com a radicalização das sociedades de socorros mútuos, que se transformaram progressivamente em sociedades de resistência (sindicatos). Tais sindicatos foram os principais espaços de inserção destes libertários em diversos países na região e permitiram que se conformassem as bases do sindicalismo de intenção revolucionária latino-americano. Juntamente com os sindicatos, outros instrumentais estratégicos, táticos e organizativos foram responsáveis por canalizar a potência dos anarquistas e expressar toda sua força social.

Em “Anarquismo e Sindicalismo de Intenção Revolucionária: América Latina e Brasil”, além de algumas amarrações conclusivas, realizam-se reflexões mais generalizantes sobre o papel da mobilidade e da comunicação não presencial no surgimento e na difusão do anarquismo, as relações entre anarquismo e sindicalismo de intenção revolucionária e a dinâmica relacional envolvendo as dimensões globais-transnacionais, nacionais e subnacionais do anarquismo. Enfim, introduz-se o Brasil como parte deste anarquismo latino-americano.

As duas primeiras parte do texto retomam os principais argumentos do livro *Bandeira Negra: discutindo o anarquismo* (Corrêa, 2014a) e de um outro texto, “Surgimento e Breve Perspectiva Histórica do Anarquismo” (Corrêa, 2013), que serviu de base para a elaboração do livro.¹ A terceira e a quarta partes são inéditas e, assim, apresentam, articulam e discutem a bibliografia do tema em questão, buscando chegar a algumas conclusões.

CONCEITUANDO O ANARQUISMO

O anarquismo é uma ideologia, uma doutrina socialista e revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e de uma defesa da autogestão; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em estratégias, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão.

O anarquismo emerge de uma relação entre determinadas práticas das classes dominadas e formulações de distintos teóricos e tem como objetivo transformar a capacidade de realização das classes dominadas em força social e, por meio do conflito social caracterizado pela luta de classes, substituir o poder dominador que surge como vetor resultante das relações sociais por um poder autogestionário, consolidado nas três esferas estruturadas da sociedade (econômica, política/jurídica/militar, cultural/ideológica).

Para o desenvolvimento deste projeto de poder, o anarquismo considera atores principais os agentes sociais que são membros das classes sociais concretas, presentes em cada tempo e lugar, as quais constituem as classes dominadas de maneira mais ampla. O anarquismo busca, em meio a elas e como parte delas, aumentar permanentemente sua força social, por meio de processos de luta que impliquem: participação crescente, visando à autogestão; estímulo da consciência de classe; construção das lutas de baixo para cima, com independência em relação aos agentes e estruturas dos

¹ As referências bibliográficas detalhadas destas duas partes encontram-se nos escritos citados. Há dois outros artigos que dialogam diretamente com eles: “Teoría e Historia Anarquista en Perspectiva Global” (Corrêa, 2016) e “Anarquismo, Teoria e História”, escrito conjuntamente com Rafael Viana da Silva (Corrêa e Silva, 2013). Este artigo apresenta ao final, nas referências bibliográficas, um conjunto de obras que pode contribuir com o entendimento da problemática teórico-conceitual do anarquismo.

inimigos de classe – sustenta, assim, meios condizentes com os fins que pretende atingir. A consolidação de tal projeto de poder se dá por meio de uma construção permanente, que encontra em um processo revolucionário, em que a violência é inevitável, um marco de passagem de um sistema de dominação para um sistema de autogestão.

Crítica da dominação, defesa da autogestão e estratégia fundamental

Visando aprofundar brevemente a definição de anarquismo em questão, serão discutidos três eixos, por meio dos quais tal conceito tornar-se-á mais claro. O primeiro, da crítica anarquista da dominação, é abordado por meio da posição dos anarquistas em relação à dominação nas mencionadas três esferas sociais; enfatiza-se a crítica anarquista à dominação de classe, a outros tipos de dominação (imperialismo, gênero e raça/etnia) e à dominação em geral. O segundo, da defesa anarquista da autogestão, é abordado, da mesma maneira, por meio da posição dos anarquistas em relação à autogestão nas três esferas sociais e de sua defesa do poder autogestionário e da autogestão generalizada. O terceiro, da estratégia anarquista, similarmente, é abordado por meio da posição dos anarquistas dos sujeitos revolucionários, de sua estratégia geral de luta e de suas concepções de revolução social e violência – esta estratégia é concebida para as lutas integradas nas três esferas; abordam-se, ainda, as lutas de gênero, de raça/etnia e anti-imperialistas.

Assim como outras correntes socialistas, o anarquismo enfatiza que o capitalismo implica a exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção, os quais se apropriam, injustamente, por meio dos salários, de uma parcela importante do trabalho dos trabalhadores. Entretanto, a crítica econômica anarquista não se restringe ao capitalismo; outros modos de produção, considerados pré-capitalistas, cujos traços permanecem em sociedades modernas em função dos distintos níveis de desenvolvimento econômico, também são levados em conta. E é assim que também se considera injusta a propriedade da terra, a partir da qual latifundiários dominam o campesinato e também se apropriam de uma parcela relevante de seu trabalho. Além disso, os anarquistas criticam as relações de dominação que envolvem aqueles que realizam trabalhos precários, desempregados e marginalizados – chamados algumas vezes, pejorativamente, de “lumpem-proletariado”.

Para os anarquistas, o Estado é responsável por alguns tipos de dominação, além da exploração: tais são os casos da coação física e da dominação político-burocrática, que se dão, respectivamente, em função do monopólio da força e das tomadas de decisão da sociedade. Esta crítica estende-se amplamente, para todas as formas de Estado (unitárias e federais) e seus distintos sistemas de governo, desde os mais autoritários até os mais liberais, ainda que se diferenciem os níveis e tipos de dominação nos casos em questão. Há, na crítica anarquista do Estado, uma dupla

perspectiva: a oposição à hierarquia e a ligação entre Estado e classes sociais; nos dois casos, o Estado constitui um meio para que uma minoria governe uma maioria. O Estado, ainda nesta chave, não é um simples reflexo das relações econômicas e constitui um elemento central dos sistemas de dominação em geral e do capitalismo em particular; corporifica, juntamente com outros elementos, a dominação política, aspecto central na definição anarquista das classes sociais.

As instituições responsáveis pela produção cultural e ideológica são, segundo os anarquistas, fundamentais para a legitimação dos sistemas de dominação, e por isso mesmo têm sido significativamente criticadas. Instituições como a religião, a educação e, mais recentemente, a mídia, vêm recebendo bastante atenção, tanto em função de suas alianças com as classes dominantes, como por sua capacidade de forjar uma moral e determinados valores – como a obediência, a docilidade, o conformismo, a justiça da dominação etc. – condizentes com a manutenção do *status-quo* e, portanto, das relações de dominação.

Para os anarquistas, a sociedade capitalista é considerada uma sociedade de classes antagônicas e envolve, necessariamente, um processo de luta de classes. A definição anarquista de classes sociais tem como fundamento a categoria dominação, que inclui a exploração econômica, mas não se resume a ela; abarca, assim, a propriedade dos meios de produção, mas inclui também a propriedade dos meios de administração, controle e coerção da sociedade e, em muitos casos, a propriedade dos meios de produção de conhecimento.

Entre as classes dominantes encontram-se proprietários dos meios de produção, incluindo capitalistas e proprietários de terras, os gestores do capitalismo, do Estado, militares de primeiro escalão, juízes, parlamentares em geral, proprietários dos grandes meios de comunicação entre outros. Dentre as classes dominadas, estão os trabalhadores, o campesinato e os precarizados e marginalizados de maneira geral. Nesta estrutura de classes, as classes dominantes exercem a dominação sobre as classes dominadas; por razão de terem interesses de classes antagônicos, umas e outras estão em permanente luta. As classes sociais concretas representam, em cada tempo e lugar, os agrupamentos que constituem estes conjuntos mais amplos de dominantes e dominados.

Ainda que o anarquismo afirme a centralidade da luta de classes, ele se opõe à dominação de maneira geral. Três outros tipos de dominação foram e ainda são objeto da crítica anarquista: o imperialismo e as dominações de gênero e de raça/etnia. Consideram-se injustas as relações dominadoras que se estabelecem entre as classes dominantes de um país e todas as classes de outro país (imperialismo), entre homens e mulheres (patriarcado/machismo), entre brancos e não brancos (racismo), assim como a cultura e a ideologia que as justificam, e que estas relações não derivam automaticamente da dominação de classe, ainda que a ela se relacionem.

A crítica anarquista à dominação possui como base uma noção ética, que considera, por meio de análises racionais da sociedade, que a dominação é construída socialmente e que é injusta, e que, por isso, deve ser modificada. É por meio da noção de autogestão, antítese da dominação, que os anarquistas sustentam ser possível nortear um processo revolucionário de transformação social.

O aspecto central da autogestão econômica é a socialização da propriedade privada dos meios de produção. A lógica condutora do trabalho não é a busca do lucro e o trabalho assalariado, da maneira como funciona nos sistemas capitalistas, deixa de existir; são as necessidades populares que norteiam a economia. Os trabalhadores, em seu conjunto, usufruem de todos os frutos de seu trabalho, e seu envolvimento nos processos decisórios econômicos – decidindo o que produzir, como produzir, os investimentos, o destino dos excedentes – é realizado de maneira proporcional a quanto eles são afetados. A socialização autogestionária é levada a cabo tanto no campo como na cidade, em localidades com modos de produção mais ou menos desenvolvidos; no campo, pode-se optar pela coletivização ou pela propriedade individual/familiar, num sistema de posse, em que não há exploração do trabalho. Na socialização urbana e rural são envolvidos produtores e consumidores, articulados por meio de conselhos que, sob o controle dos trabalhadores, têm por objetivo romper com a divisão social do trabalho e garantir a equidade de consumo, por meio de processos de trabalho que estejam em harmonia com a natureza e aproveitem as tecnologias para benefício dos trabalhadores e não do lucro dos proprietários.

A autogestão política propõe uma alternativa à dominação do Estado: o autogoverno democrático. Ele implica a abolição do Estado, que é concretizada ainda durante o processo revolucionário, acabando com a divisão entre governantes e governados. No autogoverno democrático, a política não se define pelo monopólio dos processos decisórios por um setor minoritário, mas por sua completa socialização. As instituições que substituem o Estado e constituem as bases da autogestão política são os conselhos, os sindicatos, os movimentos populares, ou seja, associações voluntárias que permitem a todos participar efetivamente das decisões, na medida em que são afetados por elas. O conjunto destas instituições, cuja base se constitui por grupos e associações livres, toma as decisões de maneira local e democrática, de baixo para cima, com participação generalizada e ampla, controla a execução dessas decisões e soluciona conflitos.

Todo o processo político autogestionário, para funcionar em larga escala, implica uma articulação que tem por base o federalismo: mecanismo autogestionário que permite articular as estruturas políticas por meio de delegações que levam às instâncias mais amplas decisões das bases e garantem sua execução; os delegados possuem autonomia relativa, são controlados pela base, suas funções são rotativas e seus mandatos revogáveis a qualquer momento. No autogoverno

democrático, ainda que estejam conciliadas com a liberdade coletiva, as liberdades individuais são garantidas: de expressão, de reunião, de associação, de trabalho, de crença, de ir e vir etc. Mecanismos jurídicos, que concernem à solução de conflitos e à regulação das relações sociais, e militares, que dizem respeito à questão da violência e da repressão, também funcionam de maneira autogestionária.

Juntamente com as propostas para a economia e a política, o anarquismo, historicamente, preocupou-se com a esfera ideológica/cultural, propondo uma cultura distinta, que pudesse legitimar sua proposta de autogestão. Suas propostas contam com uma cultura autogestionária, forjada em bases ideológicas e em uma ética pautada em valores, capaz de sustentar seu projeto econômico e político. Essa ética anarquista é um elemento universal promovido transversalmente em todos os contextos, pautada, no caso de uma sociedade futura, com a autogestão funcionando plenamente, nos seguintes valores: liberdade individual e coletiva; igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; solidariedade e apoio mútuo; estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade. Para a promoção desta cultura, os anarquistas investiram significativamente em três campos: a educação, o lazer e a comunicação.

A proposta anarquista de autogestão generalizada nas três esferas possui como fundamento um modelo de poder autogestionário, em que não há dominação. Neste modelo de poder, não há dominação em todas as esferas; não há hierarquia, exploração, coação física, monopólio das decisões, relações de mando e obediência, alienação de agentes dominados. O estabelecimento pleno do poder autogestionário e da autogestão generalizada implica, assim, o fim das classes sociais, o respeito à autodeterminação dos povos, dos direitos de gênero e raça/etnia.

Os anarquistas não possuem uma estratégia única de atuação; ainda assim, há uma estratégia comum, que constitui parte dos princípios históricos anarquistas.

A perspectiva classista do anarquismo fornece as bases para que se forje uma noção de sujeito revolucionário: agente social que, inserido no processo de luta de classes, possui capacidade de realização e interesses, mas, fundamentalmente, consciência de classe para investir ativamente em um processo de transformação social revolucionária. Estes sujeitos possuem, assim, capacidade de autodeterminação e de autoconstituição e são revolucionários na medida em que compreendem os interesses contraditórios que são gerados pelos sistemas de dominação e seus respectivos poderes dominadores e obtêm consciência de classe. Este sujeito não está, portanto, determinado *a priori*, mas se forja historicamente, nos processos de luta das classes dominadas contra as classes dominantes.

A concepção anarquista de sujeito revolucionário tem como base as classes dominadas de maneira geral e, na história, envolveu trabalhadores da cidade e do campo, empregados,

precarizados, desempregados e marginalizados, assalariados e pequenos proprietários, fundamentalmente camponeses e artesãos.

Fazer das classes dominadas os sujeitos revolucionários e protagonistas da transformação é um dos elementos fundamentais da estratégia anarquista. Exige-se uma necessidade de coerência em termos estratégicos: a congruência entre táticas, estratégias e objetivos. Há, dessa maneira, a necessidade de subordinação dos meios aos fins, e, deste modo, da tática à estratégia e da estratégia ao objetivo. Para atingir determinados fins, são necessários meios que conduzam a ele; meios equivocados levam a fins distintos daqueles inicialmente previstos.

Para se chegar à autogestão generalizada, portanto, devem-se utilizar meios autogestionários. Esta concepção foi responsável por constituir as bases das recusas de distintas estratégias que implicam a utilização da dominação como um meio de se chegar à autogestão: algumas mais comuns a todo o socialismo, como a recusa de se ocupar as posições dominantes dentro de organismos econômicos capitalistas, e outras que são mais restritas ao anarquismo, como a recusa de se utilizar o Estado como meio de atuação, seja por meio de estratégias revolucionárias ou reformistas. Não se pode, também, construir lutas fundamentadas na dominação, como no caso das relações entre organização política e movimento popular – o caso do partido de vanguarda, que domina os movimentos, ou mesmo no atrelamento de movimentos aos partidos políticos, de maneira a retirar-lhe a independência e autonomia de classe – e/ou nas relações entre os militantes dentro das estruturas organizativas, sejam elas políticas ou sociais, quando ocorre dominação da base pela direção, entre outros processos similares.

A revolução social é concebida como um processo de transformação social profundo, com implicações significativas nas três esferas sociais. As classes dominadas, por meio de sua força social, impõem suas posições no jogo de forças caracterizado pela luta de classes, a fim de proporcionar as transformações sociais capazes de superar a sociedade de classes. Torna-se imprescindível, por isso, derrubar o capitalismo e o Estado, a dominação nas diferentes esferas, e estabelecer um sistema de autogestão. Para os anarquistas, um processo revolucionário desta magnitude não pode descartar completamente a possibilidade de utilização da violência revolucionária. Ainda que se tenha discutido o nível de violência necessário em um processo revolucionário – sempre dentro de uma perspectiva de autodefesa, visto que a violência maior foi sempre considerada aquela imposta diariamente pelo sistema de dominação vigente e sua estrutura de classes –, foi constante a crença de que ela seria, muito provavelmente, necessária. Para alguns anarquistas, o processo revolucionário é um processo lento, fundamentalmente pela envergadura da transformação; para outros, é um processo que, inserido em uma conjuntura favorável, pode ser significativamente acelerado.

Ao integrarem as lutas de gênero, de raça/etnia e anti-imperialistas, os anarquistas, em geral, apresentam programas próprios de ações, visando ligar essas lutas com o objetivo da revolução social e dar a elas um caráter classista e internacionalista. Assim, buscam relacionar a dominação com a luta de classes e estimular a solidariedade internacional entre países e povos, sem, entretanto, subordinar tais dominações à dominação de classe ou sustentar que a solução desta última resolve, automaticamente, as primeiras.

Princípios político-ideológicos

Buscando sistematizar a definição de anarquismo podem-se elencar dez princípios que sintetizam as bases históricas da ideologia anarquista.

Ética e valores. A defesa de uma concepção ética, capaz de subsidiar críticas e proposições racionais, pautada nos seguintes valores: liberdade individual e coletiva; igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; solidariedade e apoio mútuo; estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade.

Crítica da dominação. A crítica das dominações da classe – constituídas por exploração, coação física e dominações político-burocrática e cultural-ideológica – e de outros tipos de dominação (gênero, raça/etnia, imperialismo, etc.).

Transformação social do sistema e do modelo de poder. O reconhecimento de que as estruturas sistêmicas fundamentadas em distintas dominações constituem sistemas de dominação e a identificação, por meio de uma crítica racional, fundamentada nos valores éticos especificados, de que esse sistema tem de ser transformado em um sistema de autogestão. Para isso, torna-se fundamental a transformação do modelo de poder vigente, de um poder dominador, em um poder autogestionário. Nas sociedades contemporâneas, esta crítica da dominação implica uma oposição clara ao capitalismo, ao Estado e às outras instituições criadas e sustentadas para a manutenção da dominação.

Classes e luta de classes. A identificação de que, nos diversos sistemas de dominação, com suas respectivas estruturas de classes, as dominações de classe permitem conceber a divisão fundamental da sociedade em duas grandes categorias globais e universais, constituídas por classes com interesses inconciliáveis: as classes dominantes e as classes dominadas. O conflito social entre essas classes caracteriza a luta de classes. O anarquismo surge como uma ideologia das classes dominadas e tem por objetivo impulsionar esta transformação que implica, para a construção de um poder autogestionário, o fim das classes sociais, a ser levado a cabo em um tipo de socialismo ao qual se chega por meio de uma revolução social. Outras dominações devem ser combatidas

concomitantemente às dominações de classe, sendo que o fim das últimas não significa, obrigatoriamente, o fim das primeiras.

Classismo e força social. A compreensão de que essa transformação social de base classista implica uma prática política, constituída a partir da intervenção na correlação de forças que constitui as bases das relações de poder vigentes. Busca-se, nesse sentido, transformar a capacidade de realização dos agentes sociais que são membros das classes dominadas em força social, aplicando-a na luta de classes e buscando aumentá-la permanentemente. Esse aumento permanente de força social pode ser buscado por meio das práticas junto a agentes dominados em termos de raça/etnia, gênero, nacionalidade, mas, nestes casos, a luta exige uma perspectiva classista e internacionalista, permanente em toda a prática anarquista.

Internacionalismo. A defesa de um classismo que não se restrinja às fronteiras nacionais e que, por isso, fundamente-se no internacionalismo, o qual implica, no caso das práticas junto a agentes dominados por relações imperialistas, a rejeição do nacionalismo e, nas lutas pela transformação social, a necessidade de ampliação da mobilização das classes dominadas para além das fronteiras nacionais. O projeto revolucionário anarquista prevê uma necessidade de internacionalização da revolução, de maneira a dar condições de existência à autogestão generalizada.

Estratégia. A concepção racional, para este projeto de transformação social, de estratégias adequadas, que implicam leituras da realidade e o estabelecimento de caminhos para as lutas. Ainda que o método de análise e as teorias não constituam critérios para definir o anarquismo, e nem mesmo critérios para definição de suas correntes, eles sempre são elaborados racionalmente e utilizados, em distintas perspectivas, de acordo com a localidade e a época em que atuam os anarquistas, acompanhando esta perspectiva geográfica e histórica. O objetivo, de tipo finalista, de se chegar a um socialismo que se caracteriza por um sistema de autogestão e um poder autogestionário está sempre presente como perspectiva e projeto dos anarquistas. O caminho para esta transformação é sempre concebido em termos estratégicos.

Elementos estratégicos. Ainda que os anarquistas defendam estratégias distintas, alguns elementos estratégicos são considerados princípios: o estímulo à criação de sujeitos revolucionários, mobilizados entre os agentes que constituem parte das classes sociais concretas de cada época e localidade, as quais dão corpo às classes dominadas, a partir de processos que envolvem a consciência de classe e do estímulo à vontade de transformação; o estímulo permanente ao aumento de força social das classes dominadas, de maneira a permitir um processo revolucionário de transformação social; a coerência entre objetivos, estratégias e táticas e, por isso, a coerência entre fins e meios e a construção, nas práticas de hoje, da sociedade que se quer amanhã; a utilização de

meios autogestionários de luta que não impliquem a dominação, seja entre os próprios anarquistas ou na relação dos anarquistas com outros agentes; a defesa da independência e da autonomia de classe, que implica a recusa às relações de dominação estabelecidas com partidos políticos, Estado ou outras instituições ou agentes, garantindo o protagonismo popular das classes dominadas, o qual deve ser promovido por meio da construção da luta pela base, de baixo para cima, envolvendo a ação direta.

Revolução social e violência. A busca de uma revolução social, que transforme o sistema e o modelo de poder vigentes, sendo que a violência, como expressão de um nível mais acirrado de confronto, é aceita, na maioria dos casos, por ser considerada inevitável. Essa revolução implica lutas combativas e mudanças de fundo nas três esferas estruturadas da sociedade e não se encontra dentro dos marcos do sistema de dominação presente – está além do capitalismo, do Estado, das instituições dominadoras.

Defesa da autogestão. A defesa da autogestão que fundamenta a prática política e a estratégia anarquistas constitui as bases para a sociedade futura que se deseja construir e envolve socialização da propriedade em termos econômicos, o autogoverno democrático em termos políticos e uma cultura autogestionária. Norteada pelos valores da ética anarquista, esta sociedade é necessariamente socialista e garante a todos liberdade individual e coletiva; igualdade em termos econômicos, políticos e sociais; solidariedade e apoio mútuo; estímulo permanente à felicidade, à motivação e à vontade.

Grandes debates e correntes anarquistas

Os grandes debates na história que vêm pautando as diferenças entre as posições anarquistas e conformando as bases para o estabelecimento das correntes anarquistas se dão em relação a dois dos três eixos anteriormente discutidos: defesa da autogestão e estratégia fundamental, sendo este último o mais relevante. A crítica anarquista à dominação é, em geral, similar, e não apresenta grandes divergências. Métodos de análise e teorias sociais sequer são utilizados como critérios para definir o anarquismo e, coerentemente, também não são utilizados para a discussão dos debates e das correntes anarquistas.

Os principais debates em torno da defesa da autogestão são: mercado autogestionário X planificação democrática; coletivismo X comunismo (distribuição dos frutos do trabalho por quantidade de trabalho realizado ou necessidade); política no local de moradia X política no local de trabalho; cultura secundária X prioridade na cultura. Entretanto, três motivos permitem dizer que esses debates são secundários em relação àqueles que apresentaremos a seguir: alguns deles são completamente marginais na literatura (como o caso do mercado X planificação); outros estão

restritos a um contexto (em especial coletivismo X comunismo, relacionado à Europa nos fins do século XIX); há também posições intermediárias, que foram hegemônicas na maioria do tempo (no caso da política pelo local de moradia ou trabalho e do debate cultural).

Os debates mais relevantes entre os anarquistas relacionam-se à estratégia fundamental do anarquismo e são, principalmente, três: defesa da organização X contra a organização, defesa das reformas X contra as reformas, violência simultânea/decorrente X violência como gatilho, os quais serão em seguida discutidos. Há um quarto debate relevante, sobre o modelo da organização anarquista, que não será discutido, pois, ainda que divida posições entre os modelos de organização programática e flexível, não constitui as bases para o estabelecimento das correntes anarquistas.

Em relação ao primeiro debate, identificamos três posições fundamentais: antiorganizacionismo, sindicalismo/comunitarismo exclusivo, dualismo organizacional. O antiorganizacionismo é contrário às organizações formais defende as associações informais que atuem por meio da educação, da propaganda e/ou da ação violenta. O sindicalismo/comunitarismo exclusivo vincula-se à ideia de que o movimento popular possui as condições de abarcar e promover completamente as posições libertárias, de maneira a cumprir todas as funções estratégicas necessárias em um processo revolucionário. Há uma minoria de anarquistas contrária ao sindicalismo que defende as organizações de massas no nível exclusivamente comunitário, superando os interesses corporativos e setoriais, segundo eles, necessariamente vinculados aos sindicatos. Distintamente desta posição, bastante marginal, encontra-se o sindicalismo de intenção revolucionária exclusivo, que abarca tanto o sindicalismo revolucionário quanto o anarcossindicalismo. O sindicalismo de intenção revolucionária é uma estratégia anarquista e o sindicalismo revolucionário se diferencia do anarcossindicalismo, na medida em que o segundo possui um vínculo programático explícito com o anarquismo e busca transformar seus membros em anarquistas, o que não é o caso do primeiro. Esta estratégia foi hegemônica no anarquismo em todo o mundo, especialmente durante o século XX. No dualismo organizacional, propõe-se haver dois níveis de organização: um social, de massas, e outro político-ideológico, anarquista; no nível social, dos sindicatos e outros movimentos populares, os anarquistas organizam-se como trabalhadores; no nível político, organizam-se como anarquistas. A função da organização anarquista é promover um programa dentro das organizações de massas; constantemente, este programa conta com elementos centrais do sindicalismo de intenção revolucionária.

Em relação ao segundo debate, sobre a contribuição ou não das reformas para um projeto revolucionário, há duas posições, uma possibilista e outra impossibilista. Os possibilistas sustentam que as reformas, se conquistadas por meio da luta de classes articuladas por trabalhadores organizados e dentro de uma perspectiva determinada, podem contribuir com a aproximação de um

processo revolucionário. Os impossibilistas consideram que as reformas simplesmente ajustam o sistema capitalista e não colocam em xeque seus principais fundamentos.

Em relação ao terceiro debate, sobre a questão da violência, ainda que os anarquistas, em geral, afirmem que num processo revolucionário ela será necessária, evidenciam-se também duas posições. Para alguns, a violência funciona como uma ferramenta para criar movimentos revolucionários, um gatilho, uma forma propaganda, muitas vezes motivada pela vingança, que inspira membros das classes dominadas a ingressarem em um processo mais radicalizado de luta. Para outros, a violência deve ser utilizada simultaneamente a movimentos populares previamente estabelecidos, de maneira a aumentar sua força no processo de luta de classes; a violência é, aqui, uma ferramenta para favorecer lutas de massas e não um gatilho para criá-las ou a melhor maneira de realizar propaganda para atrair pessoas para a luta.

A defesa da organização, das reformas como caminho possível para a revolução e da violência simultânea/decorrente a movimentos massivos previamente articulados constituem os fundamentos do *anarquismo de massas*; as posições contrárias à organização, às lutas por reformas e a defesa da violência como gatilho constituem os fundamentos do *anarquismo insurrecionalista*.²

Estas são as duas grandes correntes anarquistas, as quais podem ser estabelecidas desde um enfoque global dos 150 anos de história do anarquismo. Historicamente, as posições vinculadas ao anarquismo de massas são majoritárias em relação às posições relacionadas ao anarquismo insurrecionalista.

SURGIMENTO E DIFUSÃO DO ANARQUISMO

O anarquismo desenvolveu-se como resultado de um processo que envolveu pensamento e ação de um conjunto de novos sujeitos que operavam num contexto histórico particular. Trata-se, assim, de um produto da ação humana, que foi levado a cabo numa determinada estrutura social. Este cenário – que passava por mudanças sociais de imensa envergadura em todas as esferas sociais, e cujos grandes traços se forjaram mais permanentemente durante o século XIX – permitiu e favoreceu o surgimento e a difusão do anarquismo, este tipo revolucionário de socialismo originado na segunda metade daquele século.

Durante o século XIX, o capitalismo fortalecia-se e globalizava-se, a partir da integração das estruturas econômicas mundiais, dentro de marcos estabelecidos pela Revolução Industrial, com a primeira economia global surgindo nos anos 1870, a qual, para alguns autores, poderia, inclusive,

² Esta associação entre as posições em questão (organização / reformas / violência) ocorreu historicamente em distintos momentos. Entretanto, cumpre pontuar que, em vários contextos particulares, as posições não se combinaram desta maneira.

ser considerada uma Segunda Revolução Industrial. Ao mesmo tempo, os Estados Modernos terminam de se conformar e protagonizam uma expansão imperial considerável, ligada, em grande medida, ao aumento da produção mundial e às novas tecnologias desenvolvidas. Tais processos foram acompanhados de um enorme crescimento na imigração de trabalhadores, com aumentos sem precedentes na migração transoceânica e intracontinental, e, ao mesmo tempo, de um amplo desenvolvimento das tecnologias em geral, em especial dos transportes e das comunicações. A promoção do racionalismo e a circulação de valores modernos, que se destacam com a Revolução Francesa, também devem ser levados em conta, assim como a reorganização das classes sociais e seu protagonismo em conflitos nas cidades e nos campos.

Em termos globais, notam-se duas situações relativamente distintas. De um lado, o capitalismo moderno em processo de consolidação por meio do crescimento industrial; seus centros encontram-se na Europa Ocidental, nos Estados Unidos e no Japão, os quais se ampliam rapidamente, juntamente com uma classe de trabalhadores assalariados e urbanos, que se envolve constantemente em conflitos trabalhistas. De outro, economias menos desenvolvidas, de base agrária, como nos países da América Latina, na China, na África, no mundo islâmico e mesmo em outras partes da Ásia e da Europa; nestas localidades, trabalhadores rurais e camponeses protagonizam conflitos em torno da propriedade da terra. Em ambas as regiões, mesmo com a ascensão progressiva do proletariado industrial, o campesinato constitui uma classe importante, em termos numéricos e também por seu envolvimento nos conflitos, em contextos frequentemente marcados pelo crescimento do comércio de produtos agrícolas.

Os conflitos sociais nas cidades e nos campos acarretam lutas durante todo o século XIX: lutas de independência e anti-imperialistas, revoltas camponesas e de escravos, conflitos de operários e artesãos nas cidades; muitas destas lutas tiveram participação dos oprimidos, com maior ou menor protagonismo. Os conflitos sociais, em geral, contribuem com a noção de que a ação humana pode modificar o futuro; particularmente, os conflitos de classe fortalecem a concepção de que os oprimidos, por meio de sua própria ação, podem transformar a sociedade em seu próprio favor.

Juntamente com o desenvolvimento de uma estrutura de dominação capitalista, estatista e pautada nos valores modernos, surgem novos sujeitos que, se opondo às classes dominantes, não se sentem contemplados pelas ideologias políticas em voga; elaboram os traços que conformam as bases do anarquismo.

O trabalho capitalista desumano, que implicava jornadas extenuantes e péssimas condições de trabalho, contribuiu para o fortalecimento das posições anticapitalistas. Os Estados brutais, baseados na repressão e na intervenção expansionista, colaboraram com o estabelecimento de

posições antiestatistas. O racionalismo e os valores difundidos contribuíram para que se elaborassem análises críticas da realidade e objetivos de transformação revolucionários e socialistas.

Experiências históricas precedentes demonstravam, crescentemente, a necessidade de um projeto próprio das classes dominadas e de um movimento transformador que as tivesse como centro; não podiam, conforme foi sendo percebido, continuar a ser utilizadas na construção de projetos das classes dominantes. Tradições políticas anteriores, pautadas na tomada violenta do poder por minorias conscientes, demonstravam sua ineficácia na emancipação dos trabalhadores e apontavam para a necessidade de processos transformadores de bases mais amplas e democráticas, que pudessem, realmente, promover a liberdade, a igualdade e a fraternidade. A diminuição da influência da Igreja permitia que diversos espaços de lazer fossem politizados e, juntamente com alternativas no campo da educação, robustecessem uma determinada cultura de classe.

Os extensos fluxos migratórios e o aperfeiçoamento das comunicações permitiram a conexão permanente entre militantes e o robustecimento do internacionalismo; movimento que se relaciona diretamente com o desenvolvimento dos transportes, dos correios e da comunicação. Rodovias, trens e barcos não apenas se aprimoravam, mas apareciam cada vez em maior número e com os custos mais acessíveis; as viagens tornavam-se mais constantes, assim como o deslocamento de militantes dentro e fora de seus países. O aumento de eficácia dos correios possibilitou a troca permanente de correspondências e publicações entre anarquistas de diferentes lugares do mundo. Os progressos químicos e da prensa rotativa a vapor contribuíram com o crescimento na difusão de informações, no número de publicações e com seu barateamento; a melhoria da educação permitiu que um número crescente de trabalhadores lesse estas publicações. Este avanço tecnológico possibilitou que os anarquistas entrassem em contato, se comunicassem, trocassem publicações, possibilitando o rápido espalhamento do anarquismo.

A Associação Internacional dos Trabalhadores

Foram estas condições históricas que, somadas às iniciativas de um número considerável de trabalhadores, possibilitaram que, com as visitas mútuas entre operários ingleses e franceses, a partir de 1862, se preparasse a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ocorrida em 1864, e que ficou posteriormente conhecida como “Primeira Internacional”.³

Fundada em Londres, por obra do proletariado francês, hegemonicamente mutualista proudhoniano, e do proletariado inglês, na maioria trade-unionista, a Internacional visava criar um organismo internacional no qual a classe trabalhadora pudesse se associar para discutir projetos

³ À qual, adiante, aparece muitas vezes pela sigla AIT ou simplesmente como “Internacional”.

comuns. A AIT constituiu o espaço privilegiado, alguns anos depois de sua fundação, para o surgimento do anarquismo, pois contribuiu com a consciência revolucionária e internacionalista de importantes setores dos trabalhadores, por meio da criação de uma organização federalista internacional de seus membros. Num primeiro momento, a Internacional dedicou-se, em nível local, por meio de suas seções, às articulações de trabalhadores e, internacionalmente, ao estabelecimento de suas bases de acordo. Realizou, inicialmente, congressos anuais, a partir de 1866.

O primeiro congresso, realizado em Genebra, na Suíça, em 1866, além de aprovar os estatutos gerais da associação, deliberou pela estrutura federalista que seria adotada, incluindo uma estrutura de *bureaux* regionais que articulariam as comunicações com as seções locais e o Conselho Geral, o qual deveria, além de constituir um nó para distribuição das comunicações, funcionar como um órgão executivo da associação.

O segundo congresso, realizado em Lausane, na Suíça, em 1867, ainda marcado pelas posições hegemonicamente mutualistas, deliberou, entre outras coisas: o estímulo às cooperativas de crédito e de produção, nas quais se deveria fazer penetrar o espírito mutualista e federalista; a necessidade de redução das jornadas de trabalho, da extinção do trabalho assalariado e da repartição dos produtos entre os trabalhadores, de maneira a promover a emancipação social.

O terceiro congresso, realizado em Bruxelas, na Bélgica, em 1868, marcou um momento de radicalização da Internacional que, até então, mantinha-se bastante moderada. Aprovaram-se incentivos à criação de novos sindicatos e ao ingresso das massas na AIT; a associação também recomendou o método federalista, devendo as decisões nos sindicatos ser tomadas pelas bases e com as delegações submetidas ao controle dos trabalhadores; aprovou que se deveria incentivar a luta pela redução da jornada de trabalho, por meio de greves, além do aumento de combatividade das cooperativas operárias. Aprovaram-se, ainda, como perspectivas para o movimento operário, a condenação do sistema capitalista e a necessidade de os trabalhadores expropriarem os capitalistas de seus instrumentos de produção. Os próprios movimentos populares que constituíam as bases da Internacional radicalizaram-se neste período.

Este congresso marcou uma mudança importante na correlação de forças interna da associação. A hegemonia federalista, vigente em toda a existência da Internacional, modificou-se naquele ano. O mutualismo, um dos campos federalistas, cedeu espaço para outro, o coletivismo. Durante esta radicalização, antigos mutualistas passaram às fileiras coletivistas e chegaram outros revolucionários à Internacional, em geral com bons níveis de instrução e com um passado de lutas que incluía participação nas insurreições populares de 1848 e 1849. Contaram também, para esta radicalização, as próprias experiências das lutas dos trabalhadores. A eficácia das greves e mobilizações mais combativas, os limites das atuações exclusivamente por meio das cooperativas,

as frustrações com as eleições entre outros fatores pareciam mostrar aos trabalhadores, por meio de sua própria atuação, os caminhos que deveriam ser tomados para promover a revolução e o socialismo.

O quarto congresso da Internacional, realizado na Basileia, na Suíça, em 1869, marcou, definitivamente, a hegemonia coletivista, e deliberou, entre outros pontos: a recomendação de que o movimento operário reivindicasse a propriedade coletiva e o fim das heranças, de maneira a concretizar a realização do socialismo, além da necessidade de fortalecimento das sociedades de resistência.

A partir de então, vieram à tona, de maneira bem evidente, os conflitos entre federalistas, dentre os quais se encontravam os anarquistas, e centralistas, que estavam, principalmente, em torno do Conselho Geral. A Comuna de Paris, com todas suas implicações posteriores, e a Conferência de Londres, de 1871, que teve participação restrita, sem representação das seções, construíram o palco da chamada cisão do movimento operário. Esta se consumou em 1872, no quinto congresso da associação, em Haia, dividindo os trabalhadores em dois blocos.

Uma minoria, centralista, com influência nas seções da Alemanha e da Inglaterra, logo se desmobilizou e, com a decisão de transferir o Conselho Geral para Nova York, declarou morta a Internacional em 1876. Uma maioria, federalista – com influência nas seções da Espanha, da Itália, da Bélgica, da Suíça, da França e dos Estados Unidos – reuniu-se, ainda em 1872, e fundou a Internacional Antiautoritária, que deu continuidade à AIT até 1877.⁴

O surgimento do anarquismo está diretamente relacionado à experiência da Internacional, em especial a este momento de radicalização e da mencionada mudança na correlação de forças entre mutualismo e coletivismo. Se tivermos de apontar um ano em particular, parece ser razoável considerar que o anarquismo emerge em 1868, principalmente como um setor do coletivismo federalista da Internacional. É neste momento que se pode encontrar, nomeadamente, um conjunto de militantes que podem ser chamados, de maneira adequada, de anarquistas.

A AIT criou uma estrutura orgânica, com presença em diversos países, que possibilitou a articulação permanente de trabalhadores, movimentos classistas e internacionalistas e que, em meio às suas produções teóricas e práticas, amadureceram e radicalizaram suas posições. Mobilizações locais ganharam apoio e encorajaram a solidariedade de classe; experiências positivas e negativas foram utilizadas nas reflexões críticas para a continuidade do movimento; discutiram-se questões centrais do movimento operário em geral, e do socialismo em particular. Todos estes elementos foram imprescindíveis para o desenvolvimento do anarquismo.

⁴ Considero a chamada “Internacional Antiautoritária” a legítima continuadora da Associação Internacional dos Trabalhadores. Por este motivo, refiro-me à sua vigência entre 1864 e 1877.

A Aliança da Democracia Socialista (ADS)

A força do coletivismo na Internacional, evidente em 1868, mas, estabelecida plena e hegemonicamente no congresso do ano seguinte, foi reforçada com a radicalização de muitos mutualistas proudhonianos. Não se tratava apenas de uma mudança no discurso, mas de um deslocamento de métodos e de meios por meio dos quais deveriam os militantes valer-se para operar a ruptura; ou seja, era uma radicalização que, em meio ao contexto histórico discutido, procurava adequar as práticas políticas militantes aos objetivos revolucionários estabelecidos.

No entanto, isso não foi algo que ocorreu com todos os mutualistas. Um determinado grupo, mantendo-se fiel às suas posições originais, não acompanhou esta radicalização, e terminou por sustentar concepções políticas moderadas e conservadoras frente a episódios práticos da luta dos trabalhadores, como no caso da Comuna de Paris. O acirramento das lutas neste contexto terminou separando aqueles que permaneceram no campo mutualista e os coletivistas. Ainda que se possa falar em mutualismo e coletivismo como formas históricas de uma mesma tradição antiautoritária e federalista, o fato é que este processo de radicalização da AIT, de passagem de parte significativa dos mutualistas para o campo coletivista, e a separação clara entre os dois campos, ao que tudo indica, foi central para o surgimento do anarquismo.

Ao mesmo tempo, isso não significa reduzir o coletivismo ao anarquismo; o segundo, na realidade, surgiu como uma corrente, provavelmente majoritária, do primeiro, graças à conjunção de dois setores que se encontraram em 1868, e que constituíram as bases da Aliança, ou ADS, primeira organização específica anarquista da história. Estes setores tinham origens distintas e não eram homogêneos. Um deles era composto por revolucionários instruídos, de proveniência mais ou menos privilegiada, que, renunciando sua origem de classe, se aproximavam progressivamente do socialismo, depois de um passado de lutas que incluía, em alguns casos, participações armadas na Primavera dos Povos. O outro era composto por operários, menos instruídos e provenientes da classe trabalhadora, que já faziam parte da Internacional e muitos dos quais estavam envolvidos com as crescentes mobilizações sindicais do momento.

O primeiro setor havia rompido com a Liga da Paz e da Liberdade e ingressado na Internacional. A ele pertenciam: Mikhail Bakunin, russo, ex-participante dos levantes armados e das revoltas populares na França, em 1848, em Praga, na Boêmia e em Dresden, em 1849, e futuro participante das insurreições de Lyon, em 1870, e de Bolonha, em 1874; Élisée Reclus, francês, geógrafo e futuro *communard*; Aristide Rey, francês e futuro *communard*; Valérien Mroczkowski, polonês e futuro participante do levante de Marselha; Albert Richard, francês, jornalista e futuro participante da insurreição de Lyon; Nicolas Jukovski, russo e futuro participante do levante de Marselha; Giuseppe Fanelli, italiano, arquiteto, ex-deputado e ex-combatente garibaldino; Saverio

Frischia, italiano, médico, ex-deputado e participante da insurreição siciliana de 1848; Alberto Tucci, italiano e advogado, entre outros. O segundo setor já fazia parte da Internacional e se somou ao processo. A ele pertenciam: Jean-Philippe Becker, alemão, jornalista, jardineiro, fabricante de vassouras, a depender do momento, e um dos chefes militares da insurreição de Baden, em 1849; François Brosset, suíço, serralheiro e uma das lideranças da greve dos operários da construção de março e abril de 1868; Th. Duval, suíço, marceneiro e dirigente operário; L. Guétat, suíço e sapateiro; Charles Perron, suíço, pintor e, posteriormente, cartógrafo; Zagorski, polonês. Estes internacionalistas compuseram o primeiro bureau central da ADS. Algum tempo depois, ingressaram na ADS três notáveis militantes: James Guillaume, professor e fundador da seção da AIT no Locle, Suíça; Adhémar Schwitzguébel, gravador, dirigente sindical e fundador da seção da AIT em Sonvillier, Suíça; Eugène Varlin, encadernador, dirigente sindical, destacado militante da AIT, o qual se tornaria, posteriormente, o principal combatente federalista da Comuna de Paris. Outros membros destacados da ADS foram: Benoit Malon, francês, tintureiro, dirigente sindical e futuro *communard*; Gaspard Sentiñon, espanhol e médico; Louis Palix, francês, alfaiate e futuro participante da insurreição de Lyon; Rafael Farga-Pellicer, espanhol, tipógrafo; Carlo Gambuzzi, italiano, advogado, ex-garibaldino e participante das batalhas de Aspromonte e Mentana; Paul Robin, francês e professor; Francisco Mora, espanhol e sapateiro; Tomás Gonzáles Morago, espanhol e gravador.

Os membros da Aliança não concordavam que a consciência e a estratégia revolucionária derivavam automaticamente da opressão e, por isso, consideravam que a ação coletiva exigia estratégias e táticas. Uma organização de minoria ativa deveria educar, agitar e organizar as massas, sem qualquer intenção de dominá-las.

Essa minoria era a própria ADS, organização específica anarquista que, em seus estatutos de 1868, assim declarava seu duplo objetivo de realizar a propaganda de ideias e filiar revolucionários preparados e dedicados para impulsionar as massas à revolução social. Esta organização anarquista, que teve existência pública e secreta, a depender da situação, concebeu sua estratégia pautada no dualismo organizacional. Ainda que ela tenha sido pouquíssimo estudada, e que haja dúvidas expressivas sobre sua história, é possível afirmar que a Aliança, por um lado, buscou criar e estimular organizações de massas e veículos de propaganda pública; suas posições defendidas na AIT, as quais definiram as bases do sindicalismo de intenção revolucionária, constituem o primeiro pilar deste dualismo. Por outro, a Aliança buscou articular uma organização política, um pequeno “partido”, como dizia Bakunin, que teria como objetivo fortalecer a intervenção da ADS entre as massas.

A Aliança foi fundada em 1868 e, a partir de então, teve atuação determinante. No nível de massas, a atividade predominante dos militantes aliancistas foi a criação da Internacional em países onde ela ainda não existia e, em outros casos, a criação de novas seções da Internacional onde ela já estava em funcionamento. Tais foram os casos da Espanha, da Itália, de Portugal e da Suíça. Eles também estimularam, aparentemente por correspondência, a fundação de uma seção da AIT no Uruguai, apesar de não terem presença de militantes na América Latina.

Criando ou participando das seções da Internacional, estes anarquistas promoveram programas que, entre outros pontos, sustentavam a necessidade de mobilizações amplas de trabalhadores, articulados em movimentos classistas, para a realização de lutas populares combativas, independentes e organizadas em bases federalistas, que deveriam ser capazes, ao mesmo tempo, de proporcionar conquistas imediatas aos trabalhadores, mas também, de caminhar rumo à revolução social e ao socialismo, passando necessariamente pela derrubada do capitalismo e do Estado.

No nível político, os aliancistas investiram na criação de seções da ADS nos países, visando potencializar este programa de massas e dar maior organicidade aos militantes anarquistas; a depender dos contextos, a Aliança parece ter tido maior ou menor organicidade.

Conformação do anarquismo entre 1868 e 1886

O surgimento, a difusão e a conformação plena do anarquismo ocorreram no intervalo de menos de 20 anos, compreendido entre 1868 e 1886. Neste período, o anarquismo se estabeleceu não somente na Europa ocidental, mas também na América no Norte, na América Latina e no norte da África. Suas principais fortalezas foram estabelecidas nos seguintes países: Argentina, Cuba, Egito, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, México, Portugal, Suíça e Uruguai.

Tal processo está diretamente vinculado ao sindicalismo de intenção revolucionária, fortalecido e difundido no seio da Internacional – conforme sustentado, como resultado da teoria e prática da ADS no seio da AIT – e que, em seguida, foi insistente e constantemente promovido pelos anarquistas. É evidente que este tipo de sindicalismo não surgiu com a Confédération Générale du Travail (CGT) francesa em 1895, mas que deriva diretamente das atividades anarquistas, constituindo sua principal estratégia de ação neste período entre 1868 e 1886, e também de depois, quando ele se difunde, principalmente por obra dos anarquistas, para outras localidades no mundo. Os elementos historiográficos apontados a seguir subsidiam o argumento de que sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo são estratégias anarquistas.

Desde uma perspectiva cronológica, há basicamente três momentos neste processo de conformação do anarquismo. Primeiro, aquele que se deu concomitantemente à existência da AIT

pré-cisão de Haia (1872) e envolveu Espanha, França, Itália, Portugal e Suíça – os quais estavam diretamente vinculados à experiência internacionalista – e também o México. Segundo, o que ocorreu na esteira da Internacional Antiautoritária (1872-1877) e abarcou Argentina, Uruguai e Egito. E terceiro, aquele levado à cabo depois do fim desta experiência, já na primeira metade dos anos 1880 e envolveu Estados Unidos e Cuba.

Numa breve tentativa de enumerar, nestes momentos, as iniciativas e os episódios mais expressivos deste período (1868-1886) que contaram com protagonismo anarquista, tem-se o seguinte.

No primeiro momento, na Espanha, fundou-se a Federación Regional Española (FRE) em 1870 que, três anos depois, chegou a ter 60 mil trabalhadores da cidade e do campo federados; deu origem à Federación de Trabajadores de la Región Española (FTRE), criada em 1881. As Revoltas Cantonistas de 1873, que pretendiam estabelecer por meio das armas um federalismo radical, envolvendo a autonomia das cidades e das federações de cidades (cantões), contaram com cooperação decisiva dos anarquistas em Granada, Sevilha, Málaga e Alcoi. Na França, militantes da ADS participaram da Comuna de Lyon e do Levante de Marselha, ambos em 1870. Além disso, foram criadas iniciativas no campo da educação, como o Orfanato de Cempuis (1880-1894). Na Comuna de Paris, em 1871, consideravelmente influenciada pela Internacional, os federalistas conseguiram ter hegemonia, apesar de blanquistas e jacobinos estarem em maior número. Os anarquistas, parte minoritária deste setor federalista, participaram de maneira relevante.

Na Suíça, foram conformados a Federação Jurassiana, em 1871, o Anarchistisch-Kommunistische Partei Deutscher Sprache [Partido Anarco-Comunista de Língua Alemã] (AKP), em 1877, e o jornal *Le Revolté*, em 1879. Na Itália, destacam-se algumas iniciativas: o jornal *La Campana*; a Federação Italiana, criada em 1872, que chegou a 30 mil membros em 1873; o Comitê Italiano pela Revolução Social, de 1873, sua participação nas insurreições de Bolonha, em 1874, e de Benevento, promovida pelo Bando de Matese, em 1877. Em Portugal, a AIT, criada por obra de delegados da ADS no país, contava, em 1872, com 20 mil membros.

No México, entre 1868 e 1869, La Social converteu-se numa organização específica anarquista; em 1869, surgiu o Círculo Proletário e, em 1870, o Centro Geral dos Trabalhadores Organizados, chamado posteriormente de Gran Círculo de Obreros México (GCOM), o qual constituiu uma expressão de massas do anarquismo e chegou a 50 mil membros. Entre 1877 e 1878, o anarquismo chegou ao ápice neste primeiro período.

No segundo momento, no Uruguai, já em 1872, havia uma seção da Internacional, formada por influência dos anarquistas, que forneceu as bases para a fundação, em 1876/78, da Federación Regional de la Republica Oriental de Uruguai (FRROU) e, em 1885, da Federación de los

Trabajadores de Uruguay, que deu continuidade à sua obra. Na Argentina, houve a fundação, em 1876, do Centro de Propaganda Obrera e, depois, do Círculo Comunista Anárquico, ambos vinculados ao anarquismo; visitas de anarquistas italianos possibilitaram a fundação do sindicato dos padeiros, em 1887. No Egito, o anarquismo emergiu em 1876, com imigrantes italianos que constituíram, em 1877, uma seção da Internacional e, em 1881, o Círculo Europeu de Estudos Sociais.

No terceiro momento, nos Estados Unidos, emerge o anarquismo no contexto do Congresso de Pittsburgh, em 1883, e da conformação da International Working People's Association (IWPA), expressão de massas anarquista que, em 1886, chegou a ter 2500 militantes e 10 mil colaboradores em Chicago. Outros marcos significativos foram: o jornal diário *Chicagoer Arbeiter Zeitung* e a fundação, em 1884, da Central Labor Union (CLU), que chegou a 28 mil trabalhadores, somente em Chicago, em 1886, mesmo ano em que encabeçou a greve pelas oito horas, envolvendo 300 mil trabalhadores nos EUA e terminando com a condenação à morte de cinco militantes anarquistas, conhecidos como Mártires de Chicago, estabelecendo o Primeiro de Maio como dia dos trabalhadores. Em Cuba, o anarquismo consolidou-se entre 1883 e 1885, com a fundação da Junta Central de Artesanos (JCA) e do Círculo de Trabajadores de La Habana (CTH); periódicos como *El Obrero* e *El Productor*, assim como a organização específica Alianza Obrera, inspirada na ADS, foram outros bastiões do anarquismo no período.

Depois de 1886, o anarquismo consolidou-se e ingressou no século XX como uma das principais ideologias dos trabalhadores em todos os continentes. Sua existência manteve-se, em maior ou menor medida, por meio de fluxos e refluxos, ou, o que se poderia chamar “ondas”. Trata-se de um fenômeno com presença geográfica global e permanência histórica, as quais lhe garantem profunda relevância.

ESTABELECCENDO RAÍZES NA AMÉRICA LATINA

Viu-se que alguns países da América Latina tiveram destaque no momento de surgimento e difusão do anarquismo; cronologicamente, foram eles: México, Uruguai, Argentina e Cuba.

Nas próximas páginas, visando discutir mais detidamente o processo de enraizamento do anarquismo neste subcontinente, o texto passará pelos seguintes temas: critérios para análise da América Latina, influência e presença das primeiras formas de socialismo na região, passagem das sociedades de socorros mútuos para sociedades de resistência (sindicatos) e contribuição, para esta passagem, da Associação Internacional dos Trabalhadores; chegará, enfim, às conclusões mais gerais sobre o desenvolvimento do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária na América Latina em geral e no Brasil em particular.

Critérios para análise da América Latina

Parecem adequados os dois critérios para a divisão analítica da América Latina elaborados por Carlos Rama em *Historia del Movimiento Obrero y Social Latinoamericano Contemporaneo*.

Segundo aponta Rama (1967, p. 14), este subcontinente pode ser dividido em três grandes grupos, a partir de um *critério étnico-geográfico*: 1.) América mestiça ou Indoamérica, 2.) América negra e mulata, 3.) América branca. O primeiro grupo compõe-se dos países e regiões em que predominam os indígenas, a exploração agrária por meio dos latifúndios, o colonato e até a servidão, parcialmente substituída a partir do século XVIII pela peonagem. Fazem parte deste grupo: América Central com exceção de Costa Rica, Bolívia, Colômbia, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela. O segundo grupo é formado por países e regiões em que predominam os mulatos e que foram zonas de escravidão negra. Ainda que possua enclaves em outros grupos, encontra-se, principalmente, nas regiões litorâneas de Brasil, Venezuela, Colômbia, Guianas, nas ilhas do Caribe e no sul dos Estados Unidos. O terceiro grupo envolve países e regiões que tiveram intensa e, em alguns casos, recente colonização europeia, com a população indígena tendo sido completamente exterminada ou colocada em “reservas” e a mão de obra para o trabalho conseguida com imigrantes europeus, na maioria de países latinos. Compõem este grupo: Argentina, Chile, Costa Rica, Uruguai e os estados do sul do Brasil.

Desde um *critério histórico*, Rama (1967, pp. 15-19) propõe dividir o período colonial latino-americano em dois: 1.) 1492-1699, 2.) 1700-1809. O lapso temporal que se inicia com o movimento independentista e que continua com as primeiras ideias e práticas socialistas, a imigração europeia, as distintas formas de organização dos trabalhadores – as quais constituirão o pano de fundo do surgimento do anarquismo na América Latina – conforma um terceiro período: 3.) 1810 ao fim dos anos 1860.

A história moderna da América Latina, que passa por estes três períodos, foi profundamente marcada por variados movimentos das classes dominadas locais, que responderam, de diferentes maneiras e por meio de confrontos mais ou menos violentos, aos acontecimentos da região.

A seguir, encontram-se, de modo bem sucinto, as grandes linhas da história destes três períodos. Elas visam, concomitantemente, contextualizar minimamente o tema em questão e contestar algumas teses, comumente repetidas pelas classes dominantes e elites regionais, assim como pela própria historiografia.⁵ Para tanto, o estudo de Rama (1967) constitui a principal fonte.

⁵ Dentre as teses contestadas está aquela que foi, durante muito tempo, promovida pelas classes dominantes e elites brasileiras e, de alguma maneira, foi mesmo incorporada em estudos da classe trabalhadora brasileira: a tese de que o Brasil era um país harmônico de povo cordato e conciliador, e que foram os imigrantes,

O primeiro período foi marcado pela conquista europeia, principalmente hispânica, mas também portuguesa, e pela exploração da mão de obra indígena, acabando com comunidades de certa estabilidade, promovendo violentamente o capitalismo e, não raramente, extermínios massivos de comunidades inteiras. O sistema de *encomienda*, que impunha tributos aos indígenas e circunscrevia a exploração do trabalho, iniciado no século XVI, foi mantido até o século XVIII (1718 na Espanha e 1755 em Portugal), em função da força dos conquistadores; ainda assim, ele teve uma continuidade prática em favor de latifundiários bolivianos e peruanos e perdurou até o século XX. Este também foi o período das grandes evangelizações, com as missões jesuíticas e a conformação de reduções indígenas pelas ordens monásticas, tais como aquela da região paraguaia entre 1609 e 1767 e a própria fundação de São Paulo em 1554.

Destacadas resistências indígenas marcaram este período, tanto no momento das conquistas, quanto no de sua expansão para o interior. Grupos regionais como os *araucanos* do Chile, os *calchaquíes* da Argentina, os *charrúas* do Uruguai, os *caribes* das Antilhas demonstram potencial de combate à opressão colonial. Os indígenas submetidos pela derrota dos “impérios” pré-colombianos envolveram-se em levantes prolongados e sangrentos. A partir de 1502 teve início a inserção dos escravos negros – os quais chegariam a 12 milhões e passariam a povoar as regiões tropicais –, que, progressivamente, substituíram os indígenas exterminados e constituíram a mão de obra necessária para os empreendimentos agrícolas, mineiros e industriais. Desde 1555, ocorreram rebeliões de escravos negros e começaram a surgir “repúblicas” independentes de *cimarrones* ou *alzados* em áreas selvagens, compostas por aqueles que fugiam de fazendas, minas e engenhos. Neste primeiro momento, os movimentos de indígenas e os de negros não possuíam, ainda, relação entre si. Colonos espanhóis e portugueses também protagonizaram motins, sedições e rebeliões contra a legislação centralizadora e monopolista, mas, similarmente, se envolvem em mobilizações contra a legislação que favorecia os indígenas, como no caso das Leis Novas de 1542 promulgadas pela Espanha e mesmo nos casos de Portugal e da França ocorridos no século seguinte.

O segundo período distingue-se, especialmente para as colônias hispânicas, pela ascensão da dinastia borbônica e pela administração de tipo francês; para as colônias portuguesas, o Tratado de Methuen com a Inglaterra, estabelecido em 1703, constitui igualmente um marco. O Tratado de Utrecht, formalizado em 1713, consagrará o monopólio inglês do tráfico negreiro atlântico, proporcionando, ao longo daquele século, o aumento de influência da Inglaterra na região, em detrimento de França, Espanha e Portugal. Ao mesmo tempo, neste período ocorre uma integração

particularmente os anarquistas, que trouxeram de fora esta “planta exótica” da luta e da resistência popular. Como se poderá ver, não somente o povo do Brasil, mas de toda a América Latina, esteve, no período em questão, frequentemente imbricado nos conflitos sociais e movimentos populares.

crescente da economia latino-americana com a Europa; às antigas explorações de metais e de açúcar unem-se o café, a carne da região do Rio da Prata e, especialmente, as grandes jazidas de ouro e diamante de Minas Gerais no Brasil. Com a miscigenação, o mestiço e o mulato minimizam a importância dos elementos exclusivamente indígenas e negros. Assim, fortalece-se o rompimento de determinadas barreiras sociais e amplia-se o contato entre distintos estratos; descaracterizam-se, desta maneira, sistemas que poderiam ser considerados de castas e constituem-se ordens ou estamentos similares aos que marcavam a Europa continental até 1789.

Os movimentos populares de resistência do século XVIII foram intensos e abarcaram áreas geográficas consideráveis; alguns foram mistos e contaram com atuação conjunta de indígenas e negros numa mesma área. Em 1780, teve início a maior rebelião anticolonial na América deste período, liderada por Tupac Amaru, que estendeu sua influência às atuais regiões de Bolívia, Equador, Peru e norte do Chile e da Argentina. Em 1798, na Bahia, Brasil, a Conspiração dos Alfaiates (Conjuração Baiana) destacou-se por seu caráter popular e seu ideário democrático influenciado por novas ideias francesas. Tornaram-se cada vez mais comuns movimentos populares e democráticos de colonos espanhóis, como as rebeliões dos *comuneros* de Assunção do Paraguai (1721-1730) e de Nova Granada (1781). Esse movimento social foi, aos poucos, sendo influenciado pelas novas ideias que se espalhavam pelo mundo desde a Revolução Inglesa (1648-1688), mas, especialmente, a partir da Independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789). Assim como acontecia em países europeus como Espanha, França e Portugal, as colônias eram mobilizadas por publicistas, sociedade secretas e patrióticas, que usufruíam dos benefícios da imprensa, do jornalismo e das universidades.

A partir de 1730 conformam-se ao menos 13 grandes movimentos sociais que anunciam a Revolução Latino-Americana de 1810; depois de 1780, eles contribuem com o enfraquecimento definitivo das autoridades ibéricas e do império francês, preparando a independência de 20 países latino-americanos. As demandas deste movimento incluem não apenas a libertação dos escravos negros e do trabalho forçado dos índios, mas o pleno estabelecimento das classes sociais que, com o fim da discriminação étnico-racial e nacional, permitiria a todos, dentre outras coisas, o acesso às funções públicas.

O terceiro período inicia-se com a revolução independentista, potencializada pela invasão napoleônica da Península Ibérica em 1808, que implicou o traslado da corte portuguesa ao Brasil e enormes prejuízos à gestão do império espanhol. Dirigido por *criollos* e brancos, este processo destruiu a sociedade colonial e implantou medidas que terminaram por garantir a igualdade jurídica e social de variados setores de trabalhadores.

A escravidão foi abolida na maioria dos países de língua espanhola entre 1810 e 1858, antecipando o caso do Brasil (1888) e das últimas colônias hispânicas (1871-1889). Destacam-se neste período, ao mesmo tempo, a extinção do trabalho forçado dos indígenas *mita* e *yanacona*, ocorrida entre 1811 e 1825, e a ascensão social de mestiços e mulatos que, por meio das posições militares e do compartilhamento do poder político, passam a ter poder econômico, especialmente nas zonas rurais.

A democracia liberal muitas vezes frustrou-se diante do conservadorismo dos movimentos de trabalhadores, como no caso dos cubanos que, em 1812, preferiram permanecer fiéis ao despotismo de Fernando VII do que apoiar a sublevação de escravos negros de Aponte e Yucatán; em 1841, abriram mão de sua independência para reprimir a rebelião dos *maias*. Não foi incomum, também, o reestabelecimento de privilégios anteriores por parte de mestiços alçados às posições de poder, como na Bolívia, em 1829, e no Peru, em 1866, quando o trabalho forçado aos indígenas foi reintroduzido.

Entre o início dos anos 1820 e os anos 1860 – quando se deu a última batalha pela independência (1824) e a estabilização dos maiores Estados (Argentina, em 1862, e México, em 1867) –, as ideias e práticas socialistas chegaram e se estabeleceram na América Latina. Altamente heterogêneo, este socialismo – influenciado majoritariamente por franceses, mas também por ingleses e italianos, posteriormente chamados de “socialistas utópicos” – subsidiou um conjunto vasto de iniciativas que, se por um lado fortaleceram as classes dominantes e seus projetos, por outro permitiram, em determinados casos, a criação das primeiras organizações de trabalhadores e a conformação de um projeto próprio das classes dominadas. Entre os anos 1850 e 1860, tais organizações – mutualidades, sociedades de ofício e, posteriormente, sociedades de resistência (sindicatos) – acompanharam um processo de radicalização que, juntamente com a imigração europeia massiva⁶, foram fundamentais para o surgimento de um outro tipo de socialismo, agora completamente vinculado aos trabalhadores, anticapitalista e revolucionário.

Em seus últimos anos, este terceiro período da história moderna da América Latina contou com o surgimento do anarquismo na região; neste processo, foram fundamentais as primeiras iniciativas socialistas, que serão a seguir mais pormenorizadamente discutidas.

⁶ Entre 1850 e 1950, a América Latina recebeu 17 milhões de europeus divididos da maneira seguinte. Em termos de distribuição nos distintos países, a Argentina recebeu 7 milhões, o Brasil 4 milhões, o Chile 2 milhões, o Uruguai 1 milhão e outros países 3 milhões. Em termos das nacionalidades que imigraram destacam-se: italianos, 6 milhões; espanhóis, 4 milhões; portugueses, 1 milhão; outros, 6 milhões. (Rama, 1967, p. 40) Nos anos 1870, muitos refugiados das lutas do *Risorgimento* italiano, da Comuna de Paris (1871) e da Primeira República Espanhola chegam à América Latina e, com eles, vêm também ideias socialistas, não apenas de Louis Auguste Blanqui, mas também, e principalmente, de Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin.

O socialismo das primeiras gerações: o “utopismo socialista” latino-americano

Conforme aponta Ricardo Melgar Bao, em *El Movimiento Obrero Latino-Americano* (Bao, 1988, pp. 83-92), o *utopismo socialista* ou *socialismo utópico* constituiu a primeira vertente, o primeiro momento do socialismo na América Latina; marcou, nesta localidade, não apenas a difusão das ideias socialistas, mas também a influência das primeiras experiências associativas dos trabalhadores. Carlos Rama, em “El Utopismo Socialista en América Latina” (Rama, 1987, pp. xii, xv) sustenta que esta vertente, muitas vezes protagonizada por jovens intelectuais, influenciou determinantemente distintos pensadores e experiências latino-americanos, ainda que sua penetração não tenha sido homogênea e tenha se caracterizado por uma série de particularidades nos distintos contextos em que se inseriu.⁷

Influenciado pelos franceses Charles Fourier (1772-1837) e Saint-Simon (1760-1825), e pelo inglês Robert Owen (1771-1858), e incorporando outras influências a depender do contexto, este socialismo das primeiras gerações, cuja influência em seus lugares de origem foi notável⁸, teve impacto significativo em diferentes países da América Latina e inspiraram distintas iniciativas a partir de um conjunto heterogêneo de ideias e experiências.

Rama (1987, pp. xi-xv) destaca o caráter heterogêneo deste socialismo, mas considera ser possível encontrar alguns eixos de coincidência, os quais, inclusive, marcaram a revolução

⁷ Apesar de diferentes autores, dentre eles os próprios Bao e Rama aqui citados, referirem-se a este socialismo como “utopismo socialista” ou “socialismo utópico”, não utilizarei estas expressões. Considero que o termo “socialismo utópico”, difundido nos escritos de Marx e Engels (Marx e Engels, 2007; Engels, 2008), é pejorativo e busca, dentre outras coisas, legitimar a noção de “socialismo científico”. Ainda que me pareça que os escritos de Marx e Engels possuam maior rigor científico em suas análises da realidade – histórica, estrutural, conjuntural – que aqueles de Fourier, Saint Simon, Owen e outros, qualquer socialismo, inclusive o marxista, não deriva automaticamente destas análises. Considero, como Malatesta (cf. Corrêa, 2014b), que não há socialismo científico, visto que o socialismo pertence ao campo da doutrina/ideologia e mesmo que usufrua da ciência para suas análises da realidade, envolve uma visão de futuro, um objetivo “finalista”, uma proposição normativa, um componente “utópico”, que não decorre automaticamente de uma análise da realidade e nem constitui uma predição daquilo que, no campo social, obrigatoriamente deve ser. Por isso, me refero a este tipo de socialismo como “socialismo das primeiras gerações”, “primeiras formas de socialismo” e expressões análogas.

⁸ Conforme aponta Rama (1987, p. xi), “Não é inútil, todavia, insistir na ressonância e no prestígio que tiveram as figuras criadoras, as obras e até as experiências sociais de homens como o inglês Robert Owen (1771-1858) e os franceses Claude Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon (1760-1825) e Charles Fourier (1772-1837), em primeiro lugar em seus respectivos países onde criaram discípulos fervorosos e mesmo amplo – em 1830 se falava de 30 mil aderentes franceses do saint-simonismo, por exemplo –, que animaram experiências sociais famosas (fábricas, escolas, colônias experimentais, editoras, cooperativas de produção, distribuição e consumo, sindicatos, periódicos, revistas, distintas manifestações artísticas etc.) e até a aparição do chamado “socialismo de transição”, ou *da geração de 48*, (Pierre-Joseph Proudhon, Louis Blanc, Auguste Blanqui e outros) dominaram a cena intelectual de seus respectivos países, onde sua presença é inseparável do período que vai aproximadamente de 1800 a 1845.” Este tipo precursor de socialismo influenciará não apenas a mencionada geração de 48, mas se estenderá a socialistas posteriores, como Karl Marx, Friedrich Engels, Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin.

independentista latino-americana. Tais eixos envolvem noções como “a reivindicação da igualdade humana, a fraternidade universal, o livre desenvolvimento da individualidade, a crença no progresso, a ideia de perfectibilidade da humanidade”, assim como “a valorização da educação”, “a fervorosa admiração pela ciência e pela técnica modernas”, “o repúdio aos regimes feudais como os ibéricos” e “a admiração pelos Estados Unidos”. Outras ideias, não tão aceitas quanto as anteriores, mas que também estiveram presentes, foram “a valorização e a defesa das mulheres”, “o cosmopolitismo, a ‘volta à natureza’, a influência social das novas invenções etc.”.

O socialismo das primeiras gerações não era antirreligioso e, com frequência, propunha, como em *Novo Cristianismo* (1824), de Saint-Simon, a conservação e a renovação da religião. Era majoritariamente pacifista e, em geral, não se apoiava em princípios anticapitalistas ou revolucionários, em conformidade com o lema “reforma social sem revolução” da *phalange* de Fourier. Muitos de seus membros acreditavam nas mudanças vindas de cima, na adoção de suas ideias pelos chefes de Estado ou por minorias seletas e, por isso, não chegaram a preocupar mais seriamente os governos ou as classes dominantes. Vários deles, inclusive, promoveram o estabelecimento dos Estados nacionais e o desenvolvimento infraestrutural em favor do capitalismo local. No entanto, por pelo menos três vezes – com os *igualitarios chilenos*, dos anos 1840; o *garibaldismo platense*, dos anos 1840 e 1850; e as sublevações camponesas no México, ocorridas a partir dos anos 1860 –, o chamado “utopismo latino-americano” adquiriu expressões revolucionárias, que colocaram em xeque as relações de poder em seus respectivos contextos.

De todo modo, este era um contexto em que, na América Latina, ainda segundo Rama, “as massas não haviam entrado na história, ou, pelo menos, não estavam em condições de se expressar autonomamente”. E, justamente por isso, este socialismo não constituía, ainda, um produto da classe trabalhadora agindo em seu próprio favor, e nem uma expressão da luta de classes anticapitalista no continente. Entretanto, a crescente influência do socialismo de transição, especialmente das ideias de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), a partir de meados dos anos 1840, e com mais ênfase nos anos 1850, radicalizou variadas experiências e constituiu as bases para um movimento independente e classista dos trabalhadores.

As influências não se deram somente neste sentido; fronteiras com o liberalismo democrático, o nacionalismo popular, o radicalismo, a renovação religiosa católica e outras correntes das letras e das ciências sociais não foram incomuns. Fusões e sincretismos – que, inclusive, muitas vezes modificaram as posições originais dos socialistas da primeira geração e mesmo dos socialistas de transição, a partir de interpretações bastante heterodoxas – foram traços comuns deste primeiro momento do socialismo na América Latina.

O socialismo das primeiras gerações subsidiou, em termos ideológico-doutrinários, a trajetória de um grandioso conjunto de personagens e experiências na América Latina, desde os anos 1930 até os fins do século XIX. A seguir, são mencionadas as grandes experiências da região que caminharam neste sentido.

Experiência pioneira foi a da *Geração de 37* na Argentina, que emergiu em meio à ditadura de Juan Manuel de Rosas (1829-1852) em torno do Saló n Literario de Marcos Sastre, e já em 1838 estendeu-se ao Uruguai, por meio do periódico *El Iniciador*. Participando de um movimento de constituição dos Estados nacionais platenses, intelectuais como Esteban Echeverría, Juan Bautista Alberdi e Juan María Gutierrez, na Argentina, e Andrés Lamas e Melchor Pacheco y Obes, no Uruguai, contribuíram com este movimento, defendendo ideias de Saint Simon e outros socialistas europeus, como do italiano Giuseppe Mazzini. Estudando a realidade da região, propuseram, por distintos canais, como o periódico *El Dogma*, projetos políticos e sociais, apontando a necessidade de constituições e sentimentos que, por meio de identidade, história e cultura, subsidiassem a conformação nacional. Apoiados pela burguesia urbana local, estes intelectuais influenciaram o estabelecimento do liberalismo no Uruguai, ainda nos anos 1830, e a cena política argentina dos anos 1850. (Rama, 1987, pp. xxviii-xxxiv; De Maria, 2011, pp. 64-76) Também contribuiu com a difusão do socialismo na região do Prata o francês Jean-Baptiste Tandonnet, que permaneceu três anos na América do Sul (Uruguai, Argentina e Brasil) e converteu seu jornal *Le Messager Français*, editado em Montevideú, num veículo de propaganda socialista. (Rama, 1987, pp. xxviv-xxv)

No Brasil, o saint-simonismo e o fourierismo exerceram consideráveis influências. Inicialmente, membros das altas esferas inspiraram-se em ideias de Saint Simon, tais como a necessidade de expansão da ciência, do desenvolvimento capitalista e da eficácia do Estado, precursoras do ulterior positivismo comteano. Caso típico, neste sentido, foi o de Visconde de Mauá, proeminente industrial e banqueiro, que, apoiando-se em tais ideias, contribuiu diretamente com a industrialização brasileira do império. No nordeste, podem-se destacar outros precursores, como Louis Léger Vauthier, engenheiro francês que, entre 1840 e 1846, foi chefe da Repartição de Obras Públicas de Recife; Antonio Pedro de Figueiredo, diretor da revista *O Progresso*; José Inácio de Abreu e Lima, general que lutou nos exércitos bolivarianos e cuja obra *O Socialismo*, de 1855, inspirada em Hughes Lamennais, destacou-se como uma das maiores socialismo precursor latino-americano; Antonio Borges da Fonseca, jornalista fourierista e um dos líderes da Revolução Praieira de 1848. Esse socialismo brasileiro influenciou outros episódios, que sacudiram o nordeste brasileiro, como a Cabanada (1832-1835) e a Balaiada (1838-1840), e mesmo o sul do país, como a Revolução Farroupilha (1835-1845). Merece menção, ainda, o trabalho do médico francês Jean-Benoît Mure, que promoveu o fourierismo comunitário, por meio da fundação, em 1841, do

Falanstério do Saí, em Santa Catarina, que chegou a ter 500 membros, e, em 1845, do jornal *O Socialista da Província do Rio de Janeiro*. (Rama, 1987, pp. xliv-li)

Depois de ter fundado, em 1825, a comunidade experimental New Harmony, nos Estados Unidos, que teria influência em várias outras experiências similares realizadas nos anos 1840⁹, Robert Owen pediu, três anos depois, terras ao governo mexicano visando formar uma comunidade e “regenerar a raça humana”. No entanto, seu pedido foi negado. Em função da proximidade com os Estados Unidos, houve, no México, impacto dessas experiências estadunidenses, algumas delas vinculadas aos anabatistas, fortalecidas por outras presenças europeias, como no caso do francês Victor Considérant, um dos grandes discípulos de Fourier, que fundou em 1854, no Texas, o falanstério La Réunion, e depois viajou pelo México difundindo suas ideias. (Rama, 1987, pp. liii-lvi)

Esse fourierismo das comunidades experimentais materializou-se em um conjunto amplo de experiências na América Latina. Caracterizou-se pela crítica da incipiente industrialização, ao menos em sua versão capitalista, e uma busca de novos valores, tais como a volta à natureza, a renovação dos sentimentos e das emoções, a solidariedade como forma de superar a luta de classes, o egoísmo e a busca de lucro. Num contexto de incentivo por parte de empresas e governos que desejavam colonizar determinados territórios, alguns socialistas europeus, muitos dos quais pobres e perseguidos, viram na imigração a possibilidade de criar experiências comunitárias que não apenas comprovariam a justeza de suas ideias, mas que poderiam se espalhar pelo efeito-demonstração. (Rama, 1987, pp. xv-xix)

São exemplos destes experimentos cooperativos, tanto o mencionado Falanstério do Saí, em Santa Catarina, Brasil (1841-1846), como o intento de Aguascalientes, no México (1850), a Colônia San José em Entre Ríos, na Argentina, fundada em 1857 e El Falanstério, no México, estabelecido em 1861, sendo que as duas últimas contaram com influências proudhonianas. Mesmo depois do surgimento do anarquismo, o comunitarismo experimental, algumas vezes mesclado com outras ideologias, impulsionou experiências como a Colônia de Topolobampo, em Sinaloa, no México, que chegou a 400 habitantes (1889-1893), as várias colônias agrícolas do Peru surgidas em 1884, a Colônia Cecília, no Paraná, Brasil (1890-1893), pela qual passaram 300 pessoas, a Colônia Cosme, no Paraguai (1896). Deve-se apontar que, em geral, tais experiências foram protagonizadas por estrangeiros e estabeleceram poucas relações com os habitantes nativos dos países em questão. (Rama, 1987, pp. xv-xix)

⁹ Conforme aponta Rama (1987, p. xvii), houve 37 comunidades de inspiração fourierista nos EUA de 1841 a 1848.

No Chile dos anos 1840 surgiu um socialismo com peculiaridades em relação aos outros países latino-americanos: o *igualitarismo*. O movimento foi levado a cabo durante a República Conservadora iniciada 1831, a qual era marcada pelo fortalecimento do poder executivo e certa estabilidade política, pelo crescimento econômico e pela fundação da Universidade do Chile e a ascensão cultural com a Sociedade Literária de 1842. A tradução de obras de socialistas franceses, como Aphonse de Lamartine e Lamennais, assim como a influência de jovens marcados pelo socialismo francês, como Santiago Arcos Arlegui (1822-1874) e Francisco Bilbao (1823-1865), ajudaram a compor um quadro profundamente influenciado pela França dos anos 1840 em geral, e pela Revolução de 1848 em particular. Arcos e Bilbao fundaram em 1850, em Santiago, a *Sociedad de la Igualdad*, um tipo de clube socialista ao estilo francês que pregava a soberania da razão, do povo, do amor, da fraternidade e da igualdade universais, e que chegou a ter mais de mil afiliados e expandir-se para o interior. Ainda que se assemelhe às outras experiências utópicas no que tange às origens vinculadas à juventude ilustrada e privilegiada, tal movimento constitui uma das poucas experiências que recrutaram aderentes entre os trabalhadores – especialmente artesãos, professores e artistas – e aliaram o socialismo ao liberalismo e ao radicalismo revolucionários; além disso, produziram análises bastante concretas de sua própria realidade, distanciando-se das pregações demasiadamente utópicas. Os igualitários participaram determinantemente da Batalha de Loncomilla, ocorrida no seio da Revolução de 1851, visando, sem sucesso, evitar a ascensão de Manuel Montt à presidência. (Rama, 1987, pp. xxxvii-xlii)

Durante as décadas de 1840 e 1850 conformou-se no Uruguai e na Argentina o *garibaldismo platense*, que se caracterizou por uma fusão de elementos do radicalismo político, do nacionalismo republicano e de ideias socializantes, correspondendo, em alguma medida, à *sinistra* minoritária que existia na Europa sob o reinado da casa de Savoia. Formado por imigrantes italianos, muitos dos quais mazzinianos, que haviam chegado massivamente ao Uruguai a partir de 1840 e à Argentina a partir de 1852, o movimento foi dirigido pelo próprio Garibaldi, que vinha sendo influenciado pelo cosmopolitismo saint-simoniano e que, entre 1836-1848, esteve na América Latina. O garibaldismo contou com figuras como o italiano Gian Battista Cuneo, que chegara em Montevideu em 1833 e fora redator de *El Iniciador*, tornando-se, em seguida, redator de jornais garibaldinos como *Il Legionario Italiano* (1844-1846) e *L'Italiano*, que teve existência no Uruguai e, de 1854 em diante, na Argentina. (Rama, 1987, pp. xxxvi-xxviii)

As influências do socialismo de transição juntamente com os impactos da Revolução de 1848 fizeram-se sentir em solo latino-americano. Se se pode dizer que figuras como Flora Tristán foram influentes nesta primeira geração socialista, deve-se destacar, entre os socialistas deste

período, a influência do francês P.-J. Proudhon, especialmente a partir dos anos 1850. (Rama, 1987, p. xi)

Suas ideias, nem sempre devidamente compreendidas, foram determinantes para um conjunto amplo de personagens e experiências neste subcontinente. São exemplos desta influência: o governante mexicano Melchor Ocampo, protagonista na Reforma de 1855-1863, que traduziu em 1860 um capítulo de *Sistema das Contradições Econômicas* de Proudhon; aquela que foi considerada a grande obra do chamado “utopismo latino-americano”, *O Socialismo*, de Abreu e Lima, de 1855, que dedica um capítulo à discussão das ideias desse socialista francês; a difusão socialista em Cuba e Porto Rico, realizada pela presença do espanhol Ramón de la Sagra, que teve contatos diretos com Proudhon (Rama, 1987, p. xlvi); comunidades experimentais como a Colônia San José, na Argentina, fundada em 1857, que era organizada pelo proudhoniano Alejo Peyret, e o centro El Falanstério, no México, estabelecido em 1861 pelo também proudhoniano Plotino Rhodakanaty.

Rhodakanaty foi um destacado personagem do socialismo das primeiras gerações e fundamental para a constituição do movimento operário e do anarquismo no México. Chegando no país em 1861, depois de uma passagem pela Europa onde conheceu o liberalismo e aderiu ao socialismo fourierista-proudhoniano na França no contexto de 1848, Rhodakanaty publicou, no ano de sua chegada, a primeira obra socialista do país: a *Cartilla Socialista o sea Catecismo Elemental de la Escuela Socialista de Carlos Fourier*, um folheto de perguntas e respostas no estilo dos catecismos cristãos, que visava difundir o socialismo em terras mexicanas; para tanto, ele também publicou o periódico *El Falansterio*. Entre 1863 e 1865 formou o Grupo de Estudantes Socialistas que foi responsável por formar um conjunto de jovens trabalhadores que foram fundamentais na construção do movimento operário mexicano, nos campos e nas cidades: Juan de Mata Rivera, Francisco Zalacosta, Prisciliano Gonzáles, Santiago Villanueva, Hermenegildo Villavicencio e Francisco de P. Gonzáles; alguns destes tornar-se-ão figuras de proa do anarquismo. Em 1865, com Zalacosta, instalou-se na zona do Chalco fundou a Escuela de la Razón y del Socialismo (“Escuela Moderna y Libre”).¹⁰ O primeiro resultado concreto de seu trabalho foi a fusão do socialismo europeu, já com elementos anarquistas, com o agrarismo autóctone, resultando, por influência de um de seus discípulos, o jovem camponês, Julio Chávez López – que redigiu um manifesto destinado aos oprimidos e pobres do México e dos Estados Unidos¹¹ –, numa insurreição campesina de quatro meses durante 1869 ano, que tinha por consigna o lema “Terra e liberdade” e que

¹⁰ Em vários livros em inglês o nome desta escola aparece como “Escuela del **Rayo** y del Socialismo”, o que parece ser um equívoco. (Cf., por exemplo, Hart, 1987)

¹¹ LÓPEZ, Julio Chávez. “Manifiesto a Todos los Oprimidos y Pobres de México y del Universo”. In: *Atzacapo Vive*, 2012. [<http://www.pueblosbarriosycoloniasendefensade-atzacapotzalco.org/?p=88>]

terminou com o fuzilamento de López e a prisão de outros dirigentes. (Rama, 1987, pp. lix-lxii; Hart, 1987, pp. 20-21, 32)

Das sociedades de socorros mútuos às sociedades de resistência (sindicatos)

Apesar de os socialistas influenciados pelas ideias de Fourier, Owen e, especialmente, Proudhon, defenderem um tipo de mutualismo, apoiado na necessidade de criação de cooperativas (de produção, consumo e crédito) que deveriam, progressivamente, substituir o capitalismo, as experiências neste sentido não foram significativas na América Latina.¹²

Segundo aponta Julio Godio, em *Historia del Movimiento Obrero Latinoamericano*,

foram os artesãos das cidades e pequenos núcleos de operários que responderam à agitação dos socialistas e proudhonianos. Nasceram assim as mutualidades, que organizavam os artesãos por ofício, ou por vários ofícios simultaneamente, para arcar com gastos de seus membros (doenças, enterros etc.) e para peticionar melhorias aos patrões. As mutualidades não conduziram à formação de unidades econômicas como pretendiam os socialistas utópicos, mas construíram a pré-história dos atuais sindicatos, porque muitas delas foram transformando-se em organizações de luta, que foram chamadas, em muitos casos, de “sociedades de resistência”. (Godio, 1979, p. 13)

As sociedades de socorros mútuos – ou, simplesmente, mutualidades – proporcionaram condições para a união dos trabalhadores e espaços em que puderam aplicar suas ideias na prática, em projetos de mudança e, deste modo, aprender por meio de sua própria experiência.

Ainda assim, conforme apontam Michael Hall e Hobart Spalding Jr., em “A Classe Trabalhadora Urbana e os Primeiros Movimentos Trabalhistas na América Latina, 1880-1930”, tais sociedades, que emergiram na América Latina em meados do século XIX, não possuíam ainda caráter classista definido e nem os trabalhadores eram seus principais protagonistas, visto que, “frequentemente compreendiam os donos de oficina e seus empregados”. Levando em conta que, à época, não havia qualquer tipo de seguridade social oferecida por parte do Estado, as mutualidades, “em troca de pagamentos regulares, [...] procuravam oferecer benefícios em casos de acidente, de doença ou de morte e fornecer, às vezes, outros serviços.” No início, marcadamente moderadas, requeriam, constantemente por meio da conciliação de interesses, medidas que contribuíssem com seu maior bem estar. (Hall e Spalding, 2009, p. 297)

Entre os anos 1850 e 1880, cresceu progressivamente o número de sociedades de socorros mútuos em diferentes países.¹³ E não foi somente seu número a aumentar, mas também sua

¹² Foi somente no Chile que se desenvolveu uma experiência cooperativista mais significativa, influenciada por Bilbao. As cooperativas de produção tiveram curta duração, distintamente das de consumo que, mais duradouras, puderam forjar as bases de um movimento cooperativista. (Godio, 1979, p. 13)

¹³ Conforme aponta Godio (1979, p. 15), “por volta de 1870 existiam no Chile 13 sociedades mutualistas (em Santiago, Valparaíso, La Serena e outras cidades) e em 1880 já chegavam a 39. Na Argentina, em 1880,

combatividade, com a greve tornando-se uma importante ferramenta de reivindicação (Rama, 1967, p. 41), na esteira do processo, apontado por Godio, de passagem das mutualidades às sociedades de resistência.

Os tipógrafos contribuíram sobremaneira com tal processo organizativo, conformando, a partir dos anos 1850, sociedades de socorros mútuos na Argentina, no Chile, no México e no Uruguai. Fundaram, em 1853, em Santiago, a Sociedad Tipográfica e, em 1857, em Buenos Aires, a Sociedad Tipográfica Bonaerense e, em 1865, em Montevideú, a Sociedad Tipográfica Montevideana. Foram também os tipógrafos que encabeçaram a primeira greve latino-americana, ainda em 1858, no Rio de Janeiro, e que protagonizaram uma longa greve de 30 dias na Argentina. Greves encabeçadas pelas primeiras associações operárias ocorreram também em outros setores, como no caso do México, em 1865, nas indústrias têxteis, e de Cuba, em 1866, entre os tabaqueiros, quando a Asociación de Tabacaleros de La Habana reivindicava redução de jornada de trabalho e aumento de salários. (Godio, 1979, p. 15)

Ao mesmo tempo, foram levados a cabo episódios combativos de luta em regiões agrárias, numa forma distinta das mutualidades e das greves, mas que contribuíram com a radicalização da classe trabalhadora daqueles países. Tal foi o caso dos indígenas mexicanos que, em 1856, rebelaram-se contra a Ley Lerdo, que aboliu a propriedade comum e forçou os índios a ingressarem no sistema de propriedade privada. (Rama, 1967, p. 37)

As sociedades de socorros mútuos, assim como os processos de greve nas cidades e as lutas nos campos, estabeleceram um marco de passagem do socialismo das primeiras para o das segundas gerações, em meio ao qual surgiria o anarquismo anos depois. Serão as sociedades de resistência (sindicatos) os principais espaços organizativos dos trabalhadores e que proporcionarão as condições para o surgimento das correntes contemporâneas do socialismo – este socialismo das segundas gerações –, num processo em que a influência europeia foi bastante relevante.

Essa radicalização do mutualismo, que transformou as sociedades de socorros mútuos em sindicatos, ocorreu em diversos países. Na Argentina, a Sociedad Tipográfica Bonaerense de 1857 converteu-se, em 1878, na Unión Tipográfica, sociedade de resistência de caráter sindical. (Godio, 1979, p. 15) Em Cuba, seguindo-se à crise de 1857 criam-se várias mutualidades, especialmente entre os trabalhadores do tabaco que, na década seguinte, transformar-se-iam em sociedades de resistência, como no caso da Asociación de Tabaqueros, de 1866. (Cappelletti, 1990, p. clxiv) No México, o grupo articulado por Rhodakanaty criou a Sociedad Particular de Socorros Mutuos e

eram 73 localizadas principalmente nas cidades de Buenos Aires e Rosário. Em Cuba, em 1887, foi fundada a Sociedad de Socorros Mutuos de Honrados Artesanos, com sede em Havana, e no Brasil contam-se umas 50 nas cidades do Rio de Janeiro, Santos e São Paulo.”

refundou a Sociedad Mutua del Ramo de Sastreria, mutualidades que se radicalizarão e conformarão as bases do movimento sindical mexicano. Este grupo, La Social, não somente impulsionou a greve têxtil de 1865, mas formou, conforme apontado, grandes dirigentes da classe trabalhadora mexicana: Villanueva, entre os operários urbanos, e Zalacosta e Villavicencio, entre os camponeses rurais. (Cappelletti, 1990, p. clxxxix) No Uruguai, durante os anos 1870, “as sociedades de socorro mútuo foram seguidas rapidamente pelas sociedades de resistência ou outras, cuja meta era a defesa de determinados interesses da classe trabalhadora”. (Cappelletti, 1990, p. lxii)

O impulso da Associação Internacional dos Trabalhadores

Fundamental para esta passagem das mutualidades aos sindicatos foi a presença, em solo latino, da mencionada Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Com a presença facilitada nesta região, como coloca Rama (1967, p. 51), em função de “uma anterior e relativamente importante difusão do socialismo das primeiras etapas”, a Internacional contribuiu determinantemente com o movimento regional de trabalhadores. Ainda que sua presença tenha ocorrido tardiamente – quando, na Europa, os conflitos entre federalistas e centralistas chegava em seu ápice –, a Internacional Antiautoritária, continuadora da AIT até 1877, terminou por influenciar diretamente a práxis de trabalhadores imigrantes e locais na América Latina.

Conforme coloca Bao (1988, pp. 83, 86), nesta região, as correntes político-ideológicas oriundas da AIT, especialmente o federalismo coletivista de Bakunin (anarquismo), contribuíram determinantemente com “a organização de sociedades e caixas de resistência, a prática de greve e certas formas de organização mutual”, as quais “foram difundidas e assimiladas pelos trabalhadores, imigrantes e nativos, na América Latina”. A estratégia assumida por tais organizações foi diretamente influenciada pelo modelo hegemônico da Internacional Antiautoritária e mesmo por federações operárias locais dos países que contaram com intensa imigração para a América Latina.¹⁴

Rama (1967, pp. 47-62) propõe analisar a influência da Internacional em solo latino-americano por meio da divisão da região em dois grandes grupos: o dos países que ainda viviam sob o regime colonial e o dos países independentes.

¹⁴ Não é coincidência o fato de a imensa maioria dos imigrantes que chegou à América Latina ser oriunda dos chamados países latinos (Itália, Espanha e Portugal, respectivamente), onde, durante a vigência da Internacional, a influência dos federalistas coletivistas (e, nesta esteira, do anarquismo) foi amplamente majoritária em relação aos centralistas. (Cf. Samis, 2014) Não parece haver dúvidas que o caráter ideológico do movimento operário e camponês latino-americano foi amplamente influenciado pelas posições vigentes nos países de origem dos imigrantes que contribuíram com a conformação destes movimentos. Ainda assim, deve-se destacar que o anarquismo latino-americano não pode e nem deve ser entendido como uma importação europeia. Isso porque, ao conformar-se, ele conciliou esta indubitável influência do velho continente com elementos das tradições de luta e resistência populares anteriores e mesmo autóctones, as quais, frequentemente, articularam-se sem quaisquer referências europeias.

Dentro do primeiro grupo encontram-se as localidades que estabeleceram “os primeiros contatos” com a Internacional, visto que, em função de ainda serem colônias, “a maior vinculação com a metrópole favorecia a circulação de pessoas e da propaganda”. (Falcón, 1984, p. 40). Nestes países, cabe destacar a fundação, em 1865, de uma seção da AIT em Martinica, na qual predominavam os federalistas proudhonianos, e, em 1866, de uma outra em Guadalupe¹⁵, ambas colônias francesas no Caribe. Não há maiores registros sobre estas seções, com exceções de breves observações de Max Nettlau e a presença de informes sucintos nos congressos da Internacional ocorridos na Europa. (Cappelletti, 1990, p. clxii) Além disso, tanto Bao (1988, p. 87) quanto Godio (1979, p. 16) mencionam a existência de um núcleo da Internacional em Porto Rico, em relação ao qual também não há maiores informações.

Ainda neste grupo encontra-se a colônia espanhola de Cuba, que contou com a presença de exilados *communards* (Fernández, 2000, p. 25), com a influência do pensamento proudhoniano e, especialmente, com a intensa imigração espanhola. Não há maiores informações sobre a presença de uma seção da AIT em Cuba; Rama (1967, p. 62) coloca que “talvez” houvesse uma seção naquele país e Angel Cappelletti, em “Anarquismo Latinoamericano” (Cappelletti, 1990, p. clxiv), informa que “numa carta de 23 de junho de 1873, o operário de Mallorca Francisco Tomás dizia que a Federação Regional Espanhola”, filiada à Internacional, “não contava com informação das seções de Cuba”.

A influência determinante dos trabalhadores espanhóis, em especial dos bakuninistas, fez-se sentir em solo cubano, tanto por meio dos contatos estabelecidos com os trabalhadores locais ainda nos anos 1860¹⁶, quanto por sua própria presença; dentre as inúmeras atividades de propaganda e organização pode-se destacar a contribuição determinante dos espanhóis na articulação dos tabaqueiros cubanos. Mesmo assim, foi somente a partir de 1881, quando se fundou na Espanha a Federación de Trabajadores de la Región Española (FTRE), que as relações entre Espanha e Cuba estabeleceram-se definitiva e frequentemente, possibilitando um avanço mais definitivo e duradouro do movimento de trabalhadores cubanos. (Cappelletti, 1990, clxiv-clxv; Fernández, 2000, p. 25)

Dentro do segundo grupo encontram-se as localidades com as quais a AIT estabeleceu laços “mais tardios”, porém com “maior enraizamento nos meios operários locais”. Há um subgrupo constituído pelos “países em que a imigração ocorreu mais cedo, particularmente Argentina e Uruguai”. Em seguida, “uma situação intermediária”, do México, onde “a Reforma criou certas condições para que se iniciasse alguma agitação de operários e artesãos desde o final dos anos

¹⁵ Conforme aponta Falcón (1984, p. 40), a seção de Guadalupe durou de 1866 a 1867.

¹⁶ Falcón (1984, p. 40) afirma que nos anos 1860 “bakuninistas espanhóis entraram em contato com as associações operárias da ilha”.

1860”. Depois, podem-se identificar países com a “existência de contatos, como no caso do Brasil e do Chile”. E, finalmente, países que praticamente não tiveram relação com a Internacional.¹⁷ (Falcón, 1984, p. 40)

Os países que tiveram presença mais ou menos orgânica da AIT podem ser caracterizados como “sociedades mais urbanizadas, onde a imigração europeia foi abundante, ou a difusão das novas ideias sociais mais precoce. Nestes países – Argentina, Uruguai, México, Chile e Brasil” –, a Internacional constituiu-se majoritariamente nas cidades e apoiada, na maior parte, nos imigrantes. Na maioria dos outros países, que não tiveram imigração significativa e nem consideráveis difusões de novas ideias, “praticamente se desconhece a Internacional”. (Rama, 1967, pp. 54-55)

Há, ao mesmo tempo, traços de continuidade e ruptura, similaridades e particularidades em relação à presença da AIT nestes países, os quais serão, em seguida, brevemente apontados.

A presença da Internacional na Argentina possui um registro mais amplo que em outros países. Em 1870, sabe-se que os tipógrafos de Buenos Aires enviaram aos internacionalistas de Barcelona o primeiro número dos *Anales de la Sociedad Tipográfica Bonaerense* e, em dezembro daquele mesmo ano, Francisco Mora, secretário do Conselho Federal espanhol, contactou o Conselho Geral da Internacional em Londres informando do contato com Buenos Aires e dizendo que os militantes daquela localidade estavam em contato com outros de Córdoba, Montevideú, Valparaíso e Rio de Janeiro. A partir de então, estreitou-se a relação entre o Conselho Geral e os argentinos, que terminaram por fundar, no início de 1872, uma seção francesa em Buenos Aires, e pedir ingresso na AIT, sendo reconhecida em junho daquele mesmo ano.¹⁸ Depois da seção francesa, que contava com diversos *ex-communards*, foi criada uma seção italiana e uma outra espanhola. As seções editavam o período *El Trabajo* a partir de 1872 e articulavam-se em um conselho federal com dois representantes de cada uma das três seções, que se consolidaram mais definitivamente em 1873, com algumas centenas de membros. A elas seguiu-se, em 1874, a fundação de uma seção em Córdoba. (Nettlau, 1926; Falcón, 1984, p. 39-42; Rama, 1967, p. 58; Cappelletti, 1990, p. xvi)

¹⁷ Ainda neste subgrupo – que abarca os países independentes e sem grande urbanização, imigração europeia e presença de novas ideias –, Bao (1988, p. 87) menciona o caso do Equador, que teria tido um núcleo da AIT. Entretanto, esta informação não consta em nenhuma outra fonte.

¹⁸ Rama (1967, p. 57) afirma que esta seção da Internacional Argentina esteve representada no Congresso de Haia de 1872 por Raymond Vilmar (ou Wilmart), amigo de Paul Lafargue, o qual, chegando a Buenos Aires em 1873, manteve correspondência com Marx. Entretanto, conforme esclarece Falcón (1984, pp. 112-113), Wilmart (1850-1937), que aparece nas atas do congresso com o pseudônimo de Wilmot, na realidade participou do congresso representando a seção francesa de Bourdeaux e foi enviado a Buenos Aires somente depois do congresso, lá chegando em 1873 para tentar organizar a continuidade da Internacional centralista. Participou do comitê de administração do periódico da AIT na Argentina e do processo de fundação da seção de Córdoba. Guillaume (1985, vol. II, 321-323) e as próprias atas do Congresso de Haia (IWMA, s/d) confirmam que não houve delegação ou representação argentina neste congresso.

É certo que se reproduziram, na Argentina, polêmicas similares às que tiveram espaço na Europa entre centralistas e federalistas, mas não há uma posição conclusiva sobre as linhas ideológicas hegemônicas nas seções. Segundo Rama (1967, p. 58) e Ricardo Falcón (1984, pp. 48-52), os centralistas eram preponderantes¹⁹ e, conforme coloca Cappelletti (1990, p. xvi), os centralistas eram maioria na seção francesa, mas as seções italiana e espanhola contavam com uma maioria federalista. Fato é que houve, neste país, uma singularidade constituída pela presença mais significativa dos centralistas – marxistas ou blanquistas, pode-se dizer –, que implicou uma disputa mais acirrada com os federalistas. Estes últimos, inclusive, procuraram articular-se com os internacionalistas uruguaios e mexicanos, majoritariamente federalistas, para contrapor seus adversários.²⁰

A perseguição aos internacionalistas ocorrida em função do incêndio no colégio e na igreja El Salvador em 1875, o encerramento das atividades do Conselho Geral de Nova York da AIT centralista em 1876 e o contexto do país terminaram por arrefecer as atividades da Internacional argentina. Novas imigrações de espanhóis e italianos em 1875 contribuíram com o subsequente fortalecimento do setor federalista em geral e do anarquismo em particular, o qual, a partir de 1876, estabelece-se como hegemônico. Dentro de alguns anos, em meio aos quais houve uma tentativa de reconstituir a seção de Buenos Aires em 1879, o anarquismo obterá a hegemonia do movimento de trabalhadores, assim adentrando o século XX. (Nettlau, 1926; Falcón, 1984, pp. 44-48; Cappelletti, 1990, p. xvii)

Refletindo acerca do salto qualitativo dado pelo movimento operário argentino nesse período, Falcón, em *Los Orígenes del Movimiento Obrero*, coloca:

De alguma maneira, o predomínio de organizações de tipo mutualista – ainda que incluíssem algumas pautas reivindicativas de caráter sindical – e de uma ideologia globalmente socialista, reformista, legalista, parecia corresponder às características da camada de artesãos e assalariados que constituíam sua base social. Por outro lado, a aparição da Internacional introduz um tipo de organização não corporativo, mas programático, e as postulações ideológicas de bakuninistas, marxistas, blanquistas e outros, que significavam um salto em relação à evolução anterior do movimento operário local. [...] A AIT significou alguns passos importantes na estruturação do incipiente movimento argentino. Além disso, seus membros contribuíram, depois de 1876, com a estruturação das primeiras organizações de caráter sindical mais definido e com a multiplicação da propaganda socialista. (Falcón, 1984, pp. 42, 52)

¹⁹ Entretanto, os argumentos utilizados por Falcón para subsidiar sua posição não convencem completamente. Parece mesmo que, distintamente de outros países latinos, havia, na Internacional Argentina, uma influência mais significativa da corrente centralista representada pelo Conselho Geral de Londres. Ainda assim, não é possível verificar com precisão a correlação de forças nas seções e mesmo no conselho federal.

²⁰ F. C. Calcerán, secretário da seção uruguia da Internacional, escreveu aos internacionalistas mexicanos, em 25 de maio de 1872: “Estamos preparando um periódico que se chamará *El Obrero Federalista* para combater os autoritários que se estabeleceram em Buenos Aires.” (Cappelletti, 1990, p. xvi)

A posição do autor reforça o argumento anteriormente esposado, de que a AIT contribuiu diretamente com a passagem do mutualismo ao sindicalismo e com a propagação das ideias do socialismo das segundas gerações na América Latina.

No Uruguai, a presença da Internacional assemelha-se, em alguns aspectos, à Argentina, com a diferença de que, naquele país, a hegemonia foi definitivamente federalista, influenciada pelo pensamento bakuniniano e proudhoniano. Ainda que, desde abril de 1871, haja cartas destinadas ao “secretário da seção uruguaia da AIT” enviadas pelos mexicanos, Rama (1967, p. 59) considera que a terminologia poderia constituir tão somente um excesso dos correspondentes em questão.

Cappelletti (1990, pp. lxii-lxiii) e Vladimir Muñoz, em “El Anarquismo en el Uruguay hasta 1900” (Muñoz, 1956, p. 21), identificam a fundação da seção uruguaia da Internacional durante o ano de 1872. Isso parece coerente, ainda conforme Muñoz (1956, pp. 22-23), com a existência de uma “carta selada da seção uruguaia da AIT e assinada por Domingo Marañón e Francisco Calcerán” com data de “1 de janeiro de 1873”, que foi enviada a Zalacosta, secretário da seção mexicana da AIT.²¹ Desde então, conforme aponta Juan C. Mechoso em *Acción Directa Anarquista* (Mechoso, 2011, 40), a AIT uruguaia, articulada e comunicando-se diretamente com a Internacional Antiautoritária e a Federação Jurassiana suíça, levou a cabo atividades organizativas e de propaganda. Seu primeiro ato público ocorreu em junho de 1875 e contou com duas mil pessoas.

Num manifesto escrito e difundido pelos internacionalistas bakuninistas uruguaios em 1875²², evidencia-se a noção, sustentada pela totalidade dos membros da Internacional, de que a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores e que o caminho para esta emancipação deverá ser, seguindo o exemplo de outros países, fortalecer a AIT:

Quem melhor e com mais boa-fé que nós mesmos pode destruir a exploração criminoso a que vivemos condenados? Pois bem: somente nós devemos defender nossos interesses e nossa redenção deve ser obra de nós mesmos. [...] A nós cumpre continuar e propagar a obra da Associação Internacional dos Trabalhadores para, deste modo, fazer solidários nossos esforços e realizar o imediato triunfo de nossa causa: o trabalho. [...] Unamo-nos e marchemos associados todos nós, que sofremos as funestas conseqüências de um transtorno tão triste [...] e] para isso bastamos nós, não duvidais; provas muito evidentes disso nos dão os rápidos progressos, os benéficos resultados que em poucos anos houve na Inglaterra, na Alemanha, na Suíça, na Itália, na França, na Espanha, nos Estados Unidos, em todo o mundo a Associação Internacional dos Trabalhadores, a qual, há muito tempo, em todo o resto do mundo, volta com nobre interesse seus olhos para a triste situação do trabalhador, onde quer que se encontre, estendendo sua mão amiga, fraternal e convidando-lhes a participar da tarefa comum. (*apud* Muñoz, 1956, pp. 23-24)

²¹ Isso também parece estar de acordo com Rama (1967, p. 59), que afirma: seguramente, em janeiro de 1873 havia se formalizado a adesão do núcleo de artesãos e operários de Montevidéu à AIT, como ‘seção uruguaia’”.

²² O manifesto possui data de 7 de julho de 1875 e foi assinado por Martínez y Segovia, Juan Zavala, Pedro Sabater, Esteban Anduerza, José Vilavoa, Modesto Gómez, Domingo Marañón, Francisco Galcerán e Colomé Abbas. Foi difundido no Uruguai e também no México, por meio do periódico *El Socialista*. Tais informações, assim como o manifesto na íntegra, encontram-se em Muñoz, 1956.

Em setembro de 1876, este núcleo fundou a Federación Regional de Montevideo (FRM) e, por meio da Federación Española da AIT, solicitou sua incorporação formal à associação, durante o IX Congresso da Internacional Antiautoritária, realizado em Verviers, em setembro de 1877. (Nettlau, 1926; Rama, 1967, p. 59) A federação alegava, naquela ocasião, contar com seis ofícios organizados, cinco seções e dois mil sócios permanentes; seu ingresso foi aprovado naquele mesmo congresso. (Muñoz, 1956, p. 25)

Ainda que haja referência, desde 1875, ao nome da Federación Regional de la República Oriental de Uruguay (FRROU) – expressando, segundo Mechoso (2011, pp. 48-49), possivelmente, uma intenção organizativa de nível nacional, em função do aparecimento de sindicatos no interior do país –, esta federação não possuía, ainda, existência formal. Foi apenas em 1878, conforme informação de José Ingenieros, que a FRROU consolidou-se, substituindo definitivamente a FRM e passando a editar o periódico *El Internacional*.²³

No México, a fundação e a trajetória da Internacional foram conhecidas e discutidas pelos dirigentes do movimento popular mexicano, marcando-os profundamente. Em 1869, Villanueva – membro de La Social, grupo articulado por Rhodakanaty fundado alguns anos antes e que naquela altura já era anarquista – editou num folheto os acordos do Congresso de 1866 da AIT ocorrido em Genebra, mesmo ano em que apareceram no semanário *El Socialista* informes do Conselho Geral, dos congressos e das seções europeias da Internacional. (Rama, 1967, p. 56) As associações de trabalhadores deste período, o Círculo Proletário, de 1869, e o subsequente Gran Círculo de Obreros México, de 1870, foram influenciadas diretamente pelos membros de La Social e pela Internacional. (Hart, 1987, pp. 46-47)

Ainda que, desde 1872, correspondentes do movimento operário uruguaio refiram-se à La Social como “seção mexicana da Associação Internacional dos Trabalhadores”, há evidências de que foi somente depois de sua rearticulação, em 1876, que ela constituiu oficialmente uma seção da Internacional Antiautoritária. (Rama, 1967, p. 57) A presença no país, em 1873, de Carlos Sanz – espanhol de Barcelona, amigo de Rafael Farga-Pellicer (membro da Aliança bakunista e da Internacional) – parece também ter influenciado o movimento local, assim como as viagens posteriores que ele realizou à Argentina e ao Uruguai. (Nettlau, 1926) Inclusive, as disputas que cindiram a AIT em Haia fizeram-se sentir no México, como foi o caso do Primeiro Congresso

²³ É interessante notar que, se as informações de José Ingenieros – que constam no *Almanaque Socialista de La Vanguardia para 1899*, publicado em 1898 (Muñoz, 1956, p. 26) – estiveram corretas, a Federación Regional de la República Oriental de Uruguay de la Asociación Internacional de los Trabajadores foi conformada depois de 1877, quando, em geral, se considera o fim da Internacional Antiautoritária. Tratar-se-ia, assim, de uma seção tardia da AIT, posterior mesmo ao momento de refluxo na Europa e dando, em alguma medida, continuação à obra internacionalista na América Latina.

Obrero Permanente, ocorrido em 1876 na Cidade do México, que opôs os anarquistas aos socialistas. (Cappelletti, 1990, p. clxxxii)

Chile e Brasil, distintamente dos mencionados casos de Cuba, Argentina, Uruguai e México, não possuem experiências mais duradouras ou de significativa influência da AIT nas décadas de 1870 e 1880. Terão, por esta e outras razões, um movimento sindicalista revolucionário e anarquista mais tardio do que nos mencionados países e com influências distintas.²⁴

Certamente houve contatos por distintos meios entre trabalhadores brasileiros e chilenos e os internacionalistas, e mesmo tentativas de estabelecimento de núcleos da Internacional nesses países. Tanto Bao (1988, p. 87) quanto Godio (1979, p. 15) afirmam ter havido núcleos da AIT em ambos os países. No caso do Chile, Bao (1988, p. 87) coloca que, em 1872, Eduardo de la Barra foi responsável pela criação deste núcleo, e Rama (1967, p. 60) sustenta que a Internacional tornou-se conhecida por meio de contatos pessoais entre trabalhadores e pela chegada de material de propaganda. No caso do Brasil, Nettleau (1926) menciona a existência de troca de correspondência entre internacionalistas europeus e militantes do Rio de Janeiro, e Muñoz (1956, p. 22) aponta que, em suas viagens de propaganda, o internacionalista bakuninista platense A. Juanes passou pelo Rio de Janeiro em 1872. Ainda assim, parece certo que não houve maiores desdobramentos destes contatos em ambos os países e o cruzamento de fontes permite considerar imprecisa ou exagerada a afirmação de Muñoz (1956, p. 26) sobre a existência de seções da Internacional em Santiago e Valparaíso e de “várias seções” no Brasil ainda em 1875.

Rama (1967, pp. 59-60), buscando refletir acerca do porquê da particularidade dos casos chileno e brasileiro – visto que, conforme sua tipologia, fazem parte dos países que são independentes, urbanizados, com grande imigração e presença de novas ideias – identifica alguns elementos que podem explicar tal diferença. Em relação ao Chile, considera fatores complicadores

²⁴ Ao passo que em Cuba, no México, na Argentina e no Uruguai, tanto o sindicalismo revolucionário como o anarquismo constituem-se plenamente entre os anos 1870 e 1880, nos casos do Chile e do Brasil constituem-se somente anos mais tarde, adquirindo expressão relevante apenas no início do século XX. Além disso, nos quatro países citados, a influência determinante nesta constituição foi da Federación Regional Española (FRE), que era membro da Internacional. (Cappelletti, 1990) No Chile, o sindicalismo revolucionário, apesar de previamente existente, fortaleceu-se com a criação da seção dos Industrial Workers of the World (IWW), em 1919. (Cappelletti, 1990, p. lxxxviii) Organismo fundado originalmente nos Estados Unidos, em 1905, o IWW teve considerável influência no mundo anglófono e, curiosamente, não se difundiu muito na América Latina; constituem exceções este caso chileno e o contato fronteiriço com os mexicanos, no contexto da revolução de 1910. No Brasil, o sindicalismo revolucionário será influenciado, especialmente no Primeiro Congresso Operário, de 1906, e nas experiências que dele derivam, pela Confédération Générale du Travail (CGT), fundada na França, em 1895, e que teve influência marcante no mundo hispano-lusófono. (Corrêa, 2014a) Ainda assim, não se pode negar que houve também alguma influência, mesmo que menor, da Federación Obrera Regional Argentina (FORA); articulando-se a partir de 1901, seu modelo inspirou, dentre outros casos, a militância de zonas portuárias, como no caso dos sindicalistas de Santos e de regiões fronteiriças do cone sul.

tanto seu isolamento geográfico relativo, que lhe proporcionou menos contatos com a AIT que os países com saída para o Atlântico, como a Guerra do Pacífico, que envolveu o país de 1874 a 1883. Em relação ao Brasil, aponta a existência tardia da escravidão e do império, que teriam consumido esforços progressistas em geral até o fim dos anos 1880. Ao que parece, a questão do idioma também complicou a penetração da Internacional no Brasil. Se não houve, conforme alguns esperavam, uma influência por parte de Portugal, que havia fundado sua seção da AIT em 1871, também não foi possível um estímulo mais duradouro vindo das experiências latinas de países de fala hispânica.

Realizando um balanço da história da Internacional na América Latina, Carlos Rama enfatiza:

Se fosse necessário estabelecer um tipo de balanço conclusivo deste ciclo da Internacional na América Latina, poder-se-ia dizer que ele foi historicamente positivo. O movimento operário, até então incipiente e quase reduzido aos moldes do mutualismo e da sociedade de ofícios, em vários países adquire a maturidade que o capacita para encarar sua organização de maneira mais permanente e firme. Assim como na Europa, estes centros operários são verdadeiras “academias” onde se discutem as novas e revolucionárias ideias do socialismo mundial da década de 1860. Destes núcleos partirá praticamente todo o movimento operário da segunda metade do século XIX nos países mais adiantados da América Latina, até constituir as grandes federações dos primeiros anos do século XX e os primeiros partidos socialistas e ateneus libertários e influenciar o movimento cultural dos fins do século de Santiago até Havana. (Rama, 1967, p. 61)

Conforme aponta o autor, a AIT na América Latina contribuiu com a radicalização das primeiras experiências organizativas dos trabalhadores e estimulou a criação dos primeiros sindicatos na região, em geral adeptos do sindicalismo de intenção revolucionária. Os desdobramentos locais da Internacional permitiram não apenas a associação dos trabalhadores para resistir aos diversos tipos de dominação que os afetavam e o fortalecimento da luta de classes, mas também a criação de um conjunto de espaços de educação popular, em que os trabalhadores puderam conhecer o socialismo moderno e, em meio às discussões de ideias e práticas de luta, constituir-se como classe trabalhadora organizada. Nesse sentido, a Internacional foi, mais propriamente, uma das ferramentas que contribuiu sobremaneira com o processo de autoconstituição da classe trabalhadora latino-americana.

Foi nos países que contaram com a influência mais significativa da AIT – Argentina, Cuba, México e Uruguai – que o anarquismo primeiramente estabeleceu suas raízes na América Latina. Entretanto, cumpre destacar que os quatro casos em questão, apesar das similaridades, possuem também diferenças e particularidades.

Em termos temporais, Cuba constitui uma experiência mais tardia que Argentina, México e Uruguai. Na ilha, os desdobramentos da Internacional no sindicalismo revolucionário dos

tabaqueiros, e o próprio anarquismo, principal força político-ideológica que surge nesta experiência, terão frutos somente nos anos 1880. Na Argentina, no México e no Uruguai, distintamente, as influências da AIT fazem-se sentir ainda nos anos 1870, quando já é possível identificar, em meio ao campo federalista, uma corrente propriamente anarquista.

Nestes quatro países, o anarquismo não somente surgiu e difundiu-se, mas se manteve, durante um considerável período, como doutrina hegemônica entre os trabalhadores organizados. Se em Cuba, no México e no Uruguai não parece haver dúvidas acerca desta hegemonia, o caso da Argentina, como colocado, trata-se de uma exceção, em função da disputa entre federalistas (alinhados à Internacional Antiautoritária) e centralistas (alinhados ao Conselho Geral) no período entre 1872 e 1876. Entretanto, não parece haver dúvidas que, depois disso, com o fim formal da AIT centralista, os anarquistas conquistaram sua hegemonia entre os trabalhadores organizados naquele país e assim se mantiveram nas décadas seguintes.

Nos quatro casos em questão – Argentina, Cuba, México e Uruguai – apesar da maior parte dos trabalhadores estarem localizados nas cidades, houve também experiências que se desdobraram nos campos, sendo o sindicalismo de intenção revolucionária (especialmente o sindicalismo revolucionário) a principal estratégia dos anarquistas.

ANARQUISMO E SINDICALISMO DE INTENÇÃO REVOLUCIONÁRIA: AMÉRICA LATINA E BRASIL

O anarquismo surgiu na América Latina ao longo dos anos 1870 e logo se tornou a mais destacada corrente político-doutrinária entre os trabalhadores organizados naquele segundo momento do socialismo na região e durante o início do quarto período histórico posterior à colonização. Suas primeiras experiências conformaram-se na América Branca, em maior medida no Uruguai, mas também na Argentina, e na América Mestiça, particularmente no México.

Seu processo de enraizamento resultou da *conciliação entre a ação de um conjunto de sujeitos sociais e um contexto conjuntural e estrutural determinado*. Numa tentativa de contribuir com alguns elementos explicativos deste processo, Steven Hirsch, em “Without Borders: reflections on anarchism in Latin America”, coloca:

Primeiro, a imprensa anarquista teve um papel central na construção das redes anarquistas transnacionais. Além disso, ela colaborou com a promoção e a coordenação transnacional da solidariedade anarquista. Segundo, os movimentos anarquistas na América Latina conectaram-se pela mobilidade de ativistas e adeptos da classe trabalhadora nos centros urbanos, ao longo das linhas marítimas, transpondo as fronteiras e dentro das nações e entre elas. Frequentemente, essa mobilidade foi catalisada pelos fluxos de capital e/ou pela repressão de Estado. Terceiro, [...] o compromisso anarquista tanto com o internacionalismo quanto com o interesse pelas condições locais e regionais. (Hirsch, 2011, pp. 8-9)

Nesta perspectiva, pode-se dizer que a *mobilidade* permitiu conexões entre anarquistas latino-americanos e de outros continentes, e mesmo entre os próprios latinos, por meio das visitas e das mudanças permanentes de militantes. Estas relações também foram fortalecidas pela *comunicação não presencial*, especialmente com as *cartas e publicações* como livros, jornais, panfletos. A *imprensa* teve papel fundamental, ao fortalecer a formação de redes internacionais e coordenar a solidariedade entre anarquistas e movimentos de trabalhadores.²⁵

A mobilidade, a imprensa, as trocas de cartas e publicações dos anarquistas na América Latina foram possibilitadas, ainda de acordo com Hirsch, por uma infraestrutura de transportes e comunicação construída na esteira do desenvolvimento capitalista e estatista na região. Houve, deste modo, *condições estruturais* significativas que, estabelecidas pelos inimigos de classe dos anarquistas, terminaram sendo subvertidas e utilizadas como meios de difusão do próprio anarquismo. A estas condições somaram-se outras, em especial concernentes às formações econômicas, políticas e culturais da região, mas, principalmente, às relações de dominação que atravessavam todas as esferas sociais e que resultavam em enormes desigualdades e privilégios.

Naquele cenário, um conjunto de trabalhadores imigrantes e locais instituiu, por meio de sua *iniciativa e ação* – na relação com outros trabalhadores (latinos e não latinos, anarquistas e não anarquistas) e com experiências de lutas, resistências e movimentos – uma inovadora *cultura política* no país, que se apoiava em componentes doutrinários e ideológicos de pensamento e ação. Baseados na consciência crítica das dominações e na vontade de transformação social, estes trabalhadores passavam, assim, a promover o anarquismo que, em algum tempo, espalhar-se-ia pelo subcontinente e atingiria ampla influência nas organizações e conflitos das classes dominadas latino-americanas.

No início dos anos 1870 é clara a presença de núcleos anarquistas em ambas as margens do Prata. Desde então, e durante mais de meio século, o anarquismo tem uma ampla e acidentada história em muitos dos países latino-americanos. Em alguns deles, como na Argentina e no Uruguai, conseguiu a adesão da maior parte da classe trabalhadora, por meio de sindicatos e sociedades de resistência, durante várias décadas. Em outros, como no México, desempenhou um papel importante, inclusive na história política e nas contendas armadas do país. No Chile e no Peru, foi, sem dúvidas, o iniciador das lutas da classe trabalhadora em sua dimensão revolucionária. (Cappelletti, 1990, p. ix)

Quando se considera o anarquismo como “mais destacada corrente político-doutrinária” daquele momento entre os trabalhadores organizados, tal afirmação vai no mesmo sentido do que

²⁵ Em relação às localidades que ainda não contavam com imprensa anarquista, Nettlau (1926) enfatiza: “no passado, onde os periódicos, publicados em poucas e grandes cidades, não haviam ainda penetrado, a ideia era difundida com base naquilo que os primeiros propagandistas tinham em mente, estimulada por panfletos, livros ou periódicos da Espanha, da Itália etc. que haviam sido trazidos com eles ou mesmo que haviam sido conseguidos por eles.”

apontam diferentes autores, na maior parte dos casos alinhados à outras concepções ideológicas. (Hall e Spalding, 2009, pp. 297-311; Godio, 1979, pp. 43-44; Bao, 1988, p. 93; Alexander, 1967, p. 30; Vitale, 1998, p. 8) Tais autores consideram que houve uma hegemonia do anarquismo entre estes trabalhadores latino-americanos, a qual se estendeu pelo menos do período da Internacional (anos 1870) ao período de bolchevização da Revolução Russa (início dos anos 1920).

No entanto, para que esta hegemonia seja compreendida, inclusive nestas obras, é necessário um ferramental conceitual que está ausente em grande parte dos estudos que abordam o anarquismo. Isso porque tal conclusão assenta-se na definição anteriormente exposta, de que o sindicalismo de intenção revolucionária – especialmente em suas duas mais relevantes modalidades, o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo – constituem estratégias históricas do anarquismo.²⁶ (Corrêa, 2011a, 2014a)

Em acordo com este argumento, cumpre notar que não é coincidência o fato de que a principal forma de atuação dos anarquistas latino-americanos no período estudado – que certamente se somam a inúmeras outras, de maior ou menor relevância – tenha sido esta estratégia sindical, levada a cabo em maior medida nas regiões urbanas, mas também nas rurais. Segundo este enfoque, sustenta-se que o modo como, normalmente, se distinguem anarquismo de anarcossindicalismo (Cf., por exemplo: Hall e Spalding, 2009) ou anarquismo de sindicalismo revolucionário (Cf., por exemplo: Toledo, 2004), entre outras distinções, não se sustentam diante de um exame lógico e histórico mais rigoroso.

De acordo com o que foi discutido, pode-se também afirmar que o anarquismo latino-americano emerge de uma radicalização do socialismo da primeira geração – chamado de “socialismo utópico” ou “utopismo” por alguns autores –, em cujo processo influenciou a obra de Proudhon, mas, principalmente, a práxis da Primeira Internacional e de sua continuidade federalista pós-1872, a Internacional Antiautoritária. A AIT contribuiu, na América Latina, com a passagem das sociedades de socorros mútuos às sociedades de resistência, dando início ao sindicalismo de intenção revolucionária, em meio ao qual o anarquismo destacou-se como força hegemônica; este tipo de sindicalismo, e mais especificamente o sindicalismo revolucionário, foi, como colocado, a mais relevante estratégia anarquista na região.

Ainda em concordância com Hirsch (2011, p. 7), pode-se dizer que a penetração e a difusão da práxis do anarquismo latino-americano ocorreram graças ao *internacionalismo anarquista* que, levado seriamente em conta por aquele conjunto de trabalhadores, tanto teórica quanto

²⁶ Desta forma, quando se trata aqui de anarquismo, considera-se que ele abarca tudo aquilo que a literatura em geral chama – em especial no que tange à América Latina dos anos 1870 aos anos 1920 – de anarquismo, anarcocomunismo, anarcossindicalismo e sindicalismo revolucionário.

praticamente, motivou “fluxos supranacionais e multidirecionais de ideias, discursos, recursos e ativistas”, além de “interações e conexões organizacionais e pessoais formais e informais”.

Foram estes fluxos, estas interações e conexões que, em nível mundial, deram ao anarquismo seu *caráter global e transnacional*. No caso da América Latina, como nos outros casos particulares, esta dimensão global-transnacional não pode ser ignorada, pois é ela que possibilita uma compreensão das características supranacionais do anarquismo. Ao mesmo tempo, ela pode, e mesmo deve ser complementada por outras dimensões, em particular aquelas nacionais e subnacionais, pois são elas que permitem um entendimento das particularidades locais do anarquismo. Afinal, o anarquismo latino-americano envolve, em sua formação, elementos internacionais, nacionais e locais, em meio aos quais a influência europeia certamente se faz sentir, mas a qual é, ao mesmo tempo, atravessada por elementos próprios das tradições nacionais e locais de luta e resistência popular.

Na América Latina, o anarquismo com certeza foi altamente influenciado pelas ideias e práticas europeias, as quais marcaram, em grande medida, a trajetória da Internacional. Por este motivo é possível dizer, como Cappelletti (1990, p. x), que, em certo sentido, “a ideologia anarquista foi, para América Latina, um produto importado”. Houve, indubitavelmente, contribuições europeias – especialmente da Espanha, mas também, ainda que em menor medida, da Itália, de Portugal e da França. Entretanto, isso não significa que o anarquismo possa ou deva ser caracterizado como uma ideologia eurocêntrica, cuja experiência estaria marcada por uma difusão unidirecional, do centro do mundo capitalista para suas periferias; “interpretar esse fato [a influência europeia] como um sinal de deficiência”, nos mencionados termos, “parece mais uma demonstração de estupidez”. Isso porque, “as ideias são menos produtos do que organismos e, como tais, devem adaptar-se ao novo meio e, fazendo isso, modificar-se em maior ou menor medida”.

Nestas adaptação e modificação do anarquismo latino-americano, houve contribuições expressivas das lutas e resistências autóctones e anteriores, as quais não apenas enriqueceram seus próprios conteúdos, mas que também demonstraram sua capacidade de adequação a diferentes contextos:

O anarquismo [na América Latina] não foi somente a ideologia das massas operárias e camponesas paupérrimas que, chegando ao novo continente, se sentiram despojadas em sua esperança de uma vida melhor e vieram modificar a opressão das antigas monarquias pela, não menos pesada, opressão das novas oligarquias republicanas. Ele foi, muito rapidamente, o modo de ver o mundo e a sociedade que também era adotado pelas massas autóctones e indígenas, desde o México até a Argentina, desde Zalacosta em Chalco até Facón Grande na Patagônia. Notou-se, poucas vezes, que a doutrina anarquista do coletivismo autogestionário, aplicada à questão agrária, coincidia de fato com o antigo modo de organização e de vida dos indígenas do México e do Peru, anterior não somente ao imperialismo espanhol, mas também ao imperialismo dos astecas e dos incas. Na medida em que os anarquistas conseguiram atingir os indígenas, não tiveram de inculcar-lhes

ideologias exóticas, mas somente tornar conscientes as ideologias camponesas ancestrais do “capul” e do “ayllu”. (Cappelletti, 1990, pp. x-xi)

Este projeto internacionalista, como se pode observar, *mesclou dimensões globais-transnacionais, nacionais e subnacionais*, e promoveu, por meio de princípios compartilhados com outros anarquistas, alternativas políticas que pretendiam dar conta das particularidades encontradas em cada contexto; isso certamente esteve por trás da possibilidade que o anarquismo encontrou de fortalecer-se, crescer e potencializar sua influência.

Deve-se apontar que tal argumento possui diferenças substanciais com os principais estudos do anarquismo na América Latina; tanto em relação àqueles que sustentam ser o anarquismo um fenômeno completamente importado da Europa (maioria), quanto àqueles que defendem ser o anarquismo uma constituição puramente nacional/local (minoria). Ele alinha-se, deste modo, à conclusão de (Hirsch, 2011, p. 8), que enfatiza: “os movimentos anarquistas na América Latina, contrariamente à literatura acadêmica tradicional, não foram extensões unidirecionais dos movimentos europeus e nem fenômenos sociopolíticos separados”.

Quando se fala do caso específico do Brasil, cumpre destacar que este país insere-se, como um ator de peso, na experiência histórica do anarquismo latino-americano. Em linhas muito gerais, e com base em distintos autores (Cf. dentre eles: Samis, 2004; Silva, 2012; Cappelletti, 1990, pp. cxii-cxliv), considera-se que, no Brasil, o anarquismo emergiu, algumas décadas depois dos países precursores da região, entre os fins do século XIX e início do século XX, como resultado de uma variedade de experiências de luta e resistência dos oprimidos, que vão desde greves e revoltas populares até colônias agrícolas/experimentais e produções artísticas/culturais.

Conforme sustentado, em acordo com Rama (1967, pp. 59-60), este momento relativamente tardio de surgimento do anarquismo no país parece explicar-se, dentre outros fatores, pelo contexto social daquela segunda metade do século XIX, marcado profundamente pela escravidão e pelo Império, e pela falta de uma articulação mais duradoura da militância brasileira com a Internacional, a qual pode ter sido prejudicada em função das diferenças de idioma e culturais.

Como em outros países da América Latina, o anarquismo brasileiro foi profundamente impactado pelo anarquismo europeu, tanto em função da presença de imigrantes, quanto das trocas de cartas e publicações. Ao mesmo tempo, também como em outros países, ele seguramente envolveu trabalhadores locais, muitos dos quais haviam tido experiências prévias de envolvimento em conflitos sociais. Sua principal estratégia de atuação durante a Primeira República foi o sindicalismo revolucionário.

Contudo, distintamente da maioria dos países latino-americanos, inspirados majoritariamente pelas referências espanholas, o sindicalismo revolucionário brasileiro conformou-

se notadamente sob a influência do modelo da Confédération Générale du Travail (CGT) da França, a qual atuou sob influência libertária entre 1895 e a Primeira Guerra, e cujo modelo teve penetração em Portugal e em outros países. (Samis, 2004, 2009a; Addor, 2002; Corrêa, 2011a) Ainda assim, depois de conformado, o anarquismo no Brasil teve também influências, mesmo que minoritárias, do anarcossindicalismo da Federación Obrera Regional Argentina (FORA).

Movimentos de influência em sentido contrário (do Brasil para a Europa) também podem ser identificados. Um dos exemplos foi o dos imigrantes que, tendo-se formado na tradição anarquista no Brasil, tiveram a oportunidade de voltar a seus países de origem e lá influenciar o desenvolvimento do anarquismo; a este respeito, é notável o caso do português Neno Vasco. (Samis, 2009a)

Posterior à sua constituição, o anarquismo brasileiro teve uma existência constante no país, entre enormes fluxos – como sua hegemonia durante a Primeira República, reconhecida inclusive por autores marxistas como Ricardo Antunes (2003, pp. 41-42) – e intensos refluxos – destacadamente durante a ditadura civil-militar de 1964-1985.

De qualquer modo, não se pode negar que o anarquismo e sua principal estratégia histórica, o sindicalismo de intenção revolucionária, tiveram um enorme destaque na história da luta de classes brasileira.

BIBLIOGRAFIA

- ADDOR, Carlos A. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.
- ALEXANDER, Robert J. *El Movimiento Obrero en America Latina*. Cidade do México: Roble, 1967.
- ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BAO, Ricardo Melgar. *El Movimiento Obrero Latino-Americano*. Madri: Alianza, 1988.
- BERTHIER, René. *Philosophie Politique de l'Anarchisme. Essai sur les fondements théoriques de l'anarchisme*. Vol. I. Paris: Monde Nouveau, 2008.
- CAPPELLETTI, Angel. “Anarquismo Latinoamericano”. In: RAMA, Carlos (org.) *El Anarquismo en America Latina*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1990.
- COÊLHO, Plínio A. (org). *História do Anarquismo*. São Paulo: Imaginário / Faísca, 2008.
- COLE, G.D.H. *Historia del Pensamiento Socialista*. Vol. I. Los precursores: 1789-1850. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- CORRÊA, Felipe. *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo, Faísca, 2011a.
- _____. “Poder, Dominação e Autogestão”. In: *Anarkismo.net*, 2011b.

_____. *Surgimento e Breve Perspectiva Histórica do Anarquismo*. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013. [<https://ithanarquista.wordpress.com/2013/01/17/surgperspectlivro/>]

_____. *Bandeira Negra: rediscutindo o anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2014a.

_____. “Epistemologia, Método de Análise e Teoria Social em Malatesta”. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2014b. [<https://ithanarquista.wordpress.com/2014/04/08/felipe-correa-epistemologia-metodo-de-analise-e-teoria-social-em-malatesta/>]

_____. “Anarquismo, Poder, Classe e Transformação Social”. In: CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V.; SILVA, Alessandro S. *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2014c.

_____. “Anarquismo y poder: aproximación o contradicción?”. In: *Ekintza Zuzena*, num. 41, 2014d.

_____. “Teoría e Historia Anarquista en Perspectiva Global”. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2016. [<https://ithanarquista.wordpress.com/2016/10/20/felipe-correa-teoria-e-historia-anarquista-en-perspectiva-global/>]

CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V. “Anarquismo, Teoria e História”. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013. [<https://ithanarquista.wordpress.com/2013/09/22/correa-silva-anarquismoteoriaehistoria/>]

CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V.; SILVA, Alessandro S. *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2014.

COSTA, Caio T. *O que é Anarquismo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DANTON, José Antonio Gutiérrez. *Los Orígenes Libertarios del Primero de Mayo: de Chicago a América Latina (1886-1930)*. Santiago: Quimantú, 2010.

DE JONG, Rudolf. *A Concepção Libertária da Transformação Social Revolucionária*. São Paulo: Faísca, 2008.

DE MARIA, Mariana M. *Em Busca de uma América Possível: nação, soberania e federalismo no pensamento de Simón Bolívar e Juan Bautista Alberdi*. Ouro Preto, UFOP (Dissertação de mestrado), 2011.

DOLGOFF, Sam. *A Relevância do Anarquismo para a Sociedade Moderna*. São Paulo: Faísca, 2005.

ELTZBACHER, Paul. *The Great Anarchists: ideas and teachings of seven major thinkers*. Nova York: Dover, 2004.

ENCKELL, Marianne. “A AIT: a aprendizagem do sindicalismo e da política.” In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Sundermann, 2008.

ERRANDONEA, Alfredo. *Sociologia de la Dominación*. Montevideo/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989.

FALCÓN, Ricardo. *Los Orígenes del Movimiento Obrero (1857-1899)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

FERNÁNDEZ, Frank. *El Anarquismo en Cuba*. Madri: Fundación Anselmo Lorenzo, 2000.

GODIO, Julio. *Historia del Movimiento Obrero Latinoamericano*. Buenos Aires: El Cid, 1979.

- GODOI, Clayton P. *Ação Direta: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)*. São Paulo: USP (Tese de doutorado), 2013.
- GUÉRIN, Daniel. *O Anarquismo: da doutrina à ação*. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.
- GUILLAUME, James. *L'Internationale: documents et souvenirs*. 4 vols. Paris: Gérard Lebovici, 1985.
- _____. *A Internacional: documentos e recordações*. Vol. I. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2009a.
- _____. “A Internacional dos Trabalhadores: de sua fundação até o Congresso da Basileia”. In: *Anarkismo.net*, 2009b. [<http://www.anarkismo.net/article/14790>]
- HALL, Michael; SPALDING JR, Hobart. “A Classe Trabalhadora Urbana e os Primeiros Movimentos Trabalhistas na América Latina, 1880-1930”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*, vol. 4. *De 1870 a 1930*. São Paulo: EDUSP, 2009.
- HART, John. *Anarchism and the Mexican Working Class (1860-1931)*. Austin: University Of Texas Press, 1987.
- HIRSCH, Steven. “Without Borders: reflexions on anarchism in Latin America”. In: *Estudios Interdisciplinarios de America Latina y el Caribe* (E. I. A. L.), vol. 22, 2011.
- HOROWITZ, Irving. *Los Anarquistas. Vol. I. La teoria*. Madri: Alianza, 1982.
- ITHA (Instituto de Teoria e História Anarquista). *Curso online: Teoria e História do Anarquismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. Vídeos e apresentações disponíveis. [<https://ithanarquista.wordpress.com/teoria-e-historia-do-anarquismo>]
- IWMA (International Workingsmen's Association). “The Hague Congress”, MIA, s/d. [<https://www.marxists.org/archive/marx/iwma/documents/1872/hague-conference/index.htm>]
- JOLL, James. *Anarquistas e Anarquismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.
- LEVAL, Gaston. *Bakunin, Fundador do Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Imaginário/Faísca, 2007.
- LÓPEZ, Fabio López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.
- LORENZO, Anselmo. *El Proletariado Militante*. Madri: Alianza, 1974.
- MARSHALL, Peter. *Demanding the Impossible: a history of anarchism*. Oakland: PM Press, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MCKAY, Iain. *An Anarchist FAQ*. Vol. I. Oakland: AK Press, 2008.
- MECHOSO, Juan C. *Acción Directa Anarquista: una história de FAU*. Tomos I, II, III e IV. Montevideu: Recortes, 2011, 2005, 2006, 2009.
- MELTZER, Albert. *Anarchism: arguments for and against*. Oakland: AK Press, 1996.
- MELTZER, Albert; CHRISTIE, Stuart. *Anarquismo y Lucha de Clases*. Buenos Aires: Proyección, 1970.
- MINTZ, Frank. *Anarquismo Social*. São Paulo: Faísca, 2006.
- MULLER, Alfredo Gómez. *Anarquismo y Anarcosindicalismo en América Latina: Colombia, Brasil, Argentina, México*. Medellín: La Carreta, 2009.
- MUÑOZ, Vladimir. “El Anarquismo en el Uruguay hasta 1900”. In: *Solidaridad*, Montevideu, 1956.

- NETTLAU, Max. *A Contribution to an Anarchist Bibliography of Latin America*. Buenos Aires: La Protesta, 1926. [http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bright/nettlau/NettlauLABib.html]
- _____. *Miguel Bakunin, la Internacional y la Alianza en España. 1868-1873*. Madrid: Piqueta, 1977.
- _____. *História da Anarquia*. 2 vols. São Paulo: Hedra, 2008/no prelo.
- PRICE, Wayne. *Revolutionary Class-Struggle Anarchism*. Fordsburg: Zabalaza Books, 2008.
- RAMA, Carlos. *Historia del Movimiento Obrero y Social Latinoamericano Contemporaneo*. Buenos Aires / Montevideu: Palestra, 1967.
- _____. “El Utopismo Socialista en America Latina”. In: *Utopismo Socialista*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1987.
- SANTOS, Kauan W. “*Paz Entre Nós, Guerra aos Senhores*”: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas Guerra Sociale e A Plebe na segunda década do século XX em São Paulo. Guarulhos: UNIFESP (Dissertação de mestrado), 2016.
- SAMIS, Alexandre. “Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva”. In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- _____. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009a.
- _____. “Introdução”. In: MALATESTA, Errico. *Entre Camponeses*. São Paulo: Hedra, 2009b. Publicado posteriormente como “Polêmicas no Interior da Internacional”. In: *Anarkismo.net*. [<http://www.anarkismo.net/article/14772>]
- _____. *Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.
- _____. “A Associação Internacional dos Trabalhadores e a Conformação da Tradição Libertária”. In: CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael V.; SILVA, Alessandro S. *Teoria e História do Anarquismo*. Curitiba: Prismas, 2014.
- SILVA, Jorge. “O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as Primeiras Lutas Operárias”. In: ITHA, 2012. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2012/09/08/jorge-e-silva-o-nascimento-da-organizacao-sindical-no-brasil-e-as-primeiras-lutas-operarias/>]
- SILVA, Rafael Viana da. *Os Revolucionários Ineficazes de Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo*. São Paulo: Faísca Publicações, 2014.
- SKIRDA, Alexandre. *Facing the Enemy: a history of anarchist organization from Proudhon to May 1968*. Oakland: AK Press, 2002.
- TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- VAN DER WALT, Lucien. “(Re)Construindo um Cânone Anarquista e Sindicalista Global”. In: Instituto de Teoria e História Anarquista, 2013.
- _____. “Revolução Mundial: para um balanço dos impactos, da organização popular, das lutas e da teoria anarquista e sindicalista em todo o mundo”. In: FERREIRA, Andrey C. *Pensamentos e Práticas Insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo do século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016a.

_____. “Fora das Sombras: a base de massas, a composição de classe e a influência popular do anarquismo e do sindicalismo”. In: FERREIRA, Andrey C. *Pensamentos e Práticas Insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo do século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016b.

_____. “Global Anarchism and Syndicalism: theory, history, resistance”. In: *Anarchist Studies*, vol. 24, num 1, 2016c.

VAN DER WALT, Lucien; HIRSCH, Steven (orgs.). *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010a.

VAN DER WALT, Lucien; HIRSCH, Steven. “Rethinking Anarchism and Syndicalism: the colonial and postcolonial experience, 1870-1940.” In: *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010b.

_____. “Final Reflections: the vicissitudes of anarchist and syndicalist trajectories, 1940 to the present.” In: *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940*. Leiden: Koninklijke NV, 2010c.

VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, Michael. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.

VITALE, Luis. *Contribución a una Historia del Anarquismo en América Latina*. Santiago: IIMS Pedro Vuskovic, 1998.

WALTER, Nicolas. *Do Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2000.

WOODCOCK, George. “Anarquismo: introdução histórica”. In: *Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre, LP&M, 1998.

_____. *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*. 2 vols. Porto Alegre: LP&M, 2002.

*** Este texto é um capítulo do livro *História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas*, organizado por Kauan W. dos Santos e Rafael V. da Silva (Prismas, 2017)**